



UFBA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

HELOISA FERREIRA DA SILVA

**A LEI 10.639/03 E AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE DAS
CRIANÇAS NEGRAS NAS PRÁTICAS ESCOLARES**

Salvador
2011

HELOISA FERREIRA DA SILVA

**A LEI 10.639/03 E AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE DAS
CRIANÇAS NEGRAS NAS PRÁTICAS ESCOLARES**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de Graduada em Pedagogia.

**Orientador: Prof. Dr. Eduardo David
Oliveira**

Salvador
2011

HELOISA FERREIRA DA SILVA

**A LEI 10.639/03 E AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE DAS CRIANÇAS
NEGRAS NAS PRÁTICAS ESCOLARES**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia, Faculdade de Educação,
Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de Graduada
em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo David Oliveira (Orientador)

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Rosangela Araújo

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Mr. Flávia de Jesus Damião

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Salvador, 15 de dezembro de 2011

Ao

Meu Pai, Nilton Fernandes da Silva, que me fez sentir amor verdadeiro desde criança.

Ao meu filho, Hisan Silva dos Santos, que me faz feliz quando me chama de: “Minha mãe”.

A todas as crianças que tenho convivido, por ver ou ouvir falar: Lara Kali, Ana África, Lorena, Brenno, Davi Damião e a todas/os que pude conviver nos meus estágios durante a graduação.

AGRADECIMENTOS

É muito bom poder agradecer, a todos/as que estiveram juntos comigo desde antes, para que eu pudesse adentrar no espaço universitário. Estes estiveram torcendo, estudando e lutando bem próximos de mim e por saber que o meu objetivo era o mesmo deles/as.

Agradeço aos meus Deuses e Deusas que amo, meus Orixás, meus ibejes, meus caboclos, sinto-os perto de mim, agradeço muito pelo Axé que passam todos os dias.

Aos cursinhos comunitários do Instituto Cultural Estive Biko, do Bloco Afro Ókámí, do Bloco Afro Os Negões, também a grande guerreira Maísa Flores.

Ao Pai mais lindo deste mundo, Nilton Fernandes da Silva, que se fez presente com o seu samba e sua proteção, aos meus irmãos, Fábio da Silva, Nilton Luis Ferreira da Silva, Tiago Ferreira da Silva, ao meu filho, Hisan Silva dos Santos.

Às minhas tias queridas Clemilda Fernandes, Gilçara Fernandes e Rita de Cássia Fernandes.

Aos meus irmãos e minhas irmãs que não deixam passar em branco, que são maravilhosos/as Lio Nzumbi, Márcio Paim, Alan de Barros, Paula Azeviche, Josi Paim, Denise Ribeiro e todos/as que estiveram presentes antes e durante aos meus estudos para a esta graduação.

Às minhas colegas da UFBA, especialmente da Faculdade de Educação: Adilane, Clezilda, Denise, Joice, Yaci, Marta, Marisa, Cristina, Rosangela, Yeda... Muito obrigada por todos os momentos de alegria, de tristeza e de troca de afetos.

Aos companheiros e companheiras do Programa Conexões de Saberes UFBA, sem este Programa não haveria acesso e permanência para mim. A todos/as da Pró Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE).

Aos professores/as Álamo Pimentel, Roberto Rabello e Rosangela Araújo, estes pela dedicação que tiveram nas suas práticas, e pelo amor com que fazem os seus trabalhos, com eles aprendi sentindo prazer.

Ao meu querido orientador Eduardo David Oliveira que esteve junto desde o primeiro dia que conheci, pela tranqüilidade, conhecimento, e por acreditar em mim e me dar forças.

Ao Movimento Social Negro, Movimento Hip Hop e Movimentos de Mulheres Negras, aos Espaços de Religião de Matriz Africana, que sempre estiveram abertos para o meu acolhimento.

Ao CEAFFRO, que me possibilitou compreender a pedagogia de mulheres negras nas formações e cursos que participei.

À Professora Ana Célia Silva, com seu incentivo para que eu estivesse na universidade.

Às escolas em que tive os meus primeiros ensinamentos: Instituto França Leal, Escola Maria Romana Calmon, Escola Cidade de Curitiba, Centro Integrado de Educação Conselheiro Luiz Viana.

E a todos/as não citados que de alguma forma contribuíram para a minha felicidade.
É tudo nosso!

“o que vale a negritude, se não pô-la em prática?
A principal tática, herança de nossa mãe África!
A única coisa que não puderam roubar!”

Racionais Mc's

RESUMO

Esta monografia baseia-se, nos estudos sobre a educação para crianças negras, com reflexões sobre a aplicação da Lei 10.639/03, que obriga o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira. É uma pesquisa qualitativa de campo que tem como público alunos/as do 4º ano de escolarização, da Escola Municipal de Salvador, Martagão Gesteira. A pesquisa desenvolve-se com uso de instrumentos como: questionários para professora e diretora, máquina fotográfica e diário de campo, para as observações feitas sobre as falas e gestos destes/as alunos/as em sala de aula, ao identificarem-se enquanto negros/as e assim afirmarem as suas identidades. A análise dos documentos oficiais da legislação brasileira, as atuações do Movimento Social Negro, sobre o sistema de educação, também as principais referências teóricas de Ana Célia Silva, Ana Kátia Alves dos Santos, Marta Alencar, Nilma Lino Gomes, Flávia Damião, Eliane Cavalleiro e Vanda Machado fez rever caminhos percorridos para a efetivação de políticas, que incluam as crianças negras nas escolas, considerando as suas diferenças sociais, culturais e políticas. O objetivo deste estudo é compreender como as crianças negras constroem auto-estima e afirmam as suas identidades, enquanto alunos/as negros/as que estão diante do Ensino da História e Cultura africana e afro-brasileira. Os resultados obtidos são subjetivos a partir das falas das crianças ao afirmarem-se negras, não só na escola, mas em todos os lugares de convívio social, com análises feitas em documentos da legislação, confirma-se caminhos para a efetivação institucional de políticas para educação das crianças negras, potencializada pelas mobilizações de movimentos sociais. Conclui-se que o sistema educacional brasileiro, deverá preparar-se para atender as expectativas das crianças negras, que trazem nas suas falas as vivências familiares e comunitárias novas propostas para educar-se. A proposta é que o Estado brasileiro possa efetivar planos de educação, para a efetivação da escolarização de afro-brasileiros/as na organização e nas práticas de ensino.

Palavras chaves: Legislação, crianças negras, educação, africana.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MEC	Ministério da Educação e Cultura
UFBA	Universidade Federal da Bahia
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
LDB	Leis de Diretrizes e Bases
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
RCN	Referencial Curricular Nacional
PNE	Plano Nacional de Educação
ONGs	Organizações Não Governamentais

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa e contra capa do disco do Bloco Afro Ilê Aiyê 1986	47
Figura 2 - Mural da sala de aula	61
Figura 3 – Jorjão Bafafé no carro da Caminhada da Consciência Negra	62
Figura 4 - As alas de percussão e dança	63
Figura 5 – Faixas das escolas	65
Figura 6- Aluno da escola Martagão Gesteira	66
Figura 7 – Cartaz do Dia da Consciência Negra	66
Figura 8– cartaz no mural	66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 O CAMINHAR DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE DAS CRIANÇAS NEGRAS.....	19
1.1 Um caminho com desvios na Legislação brasileira para a educação das crianças negras.....	23
1.2 A legislação brasileira abre caminhos para efetivar afirmação da identidade de crianças negras.....	27
1.3 Tomando conta da estrada na perspectiva da criança negra	36
2 MOVIMENTO SOCIAL NEGRO AFIRMANDO-SE E AFIRMANDO AS NOSSAS CRIANÇAS	42
2.1 Eu, criança negra afirmo a minha identidade, fora da escola	49
2.2 As Mulheres negras militantes, e as crianças	51
2.3 Correndo pelos caminhos abertos da infância negra	59
3 AS CRIANÇAS NEGRAS AFIRMAM-SE COMO NEGRAS	62
3.1 A raiz fundamentada, o campo da pesquisa	64
3.2 Estas crianças estão em todos os campos	75
3.3 Estando em todos os campos, sem rejeição, vamos às novas propostas de educação.....	76
4 PROPOSTAS PARA O FALAR CONTEXTUALIZADO NA EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS NEGRAS	81
5 CONCLUSÃO	84
REFERÊNCIAS.....	86
ANEXO... 90	

INTRODUÇÃO

A Lei 10.639/03 que obriga o Ensino da História e Cultura africana e afro-brasileira foi instituída pelo MEC - Ministério da Educação e Cultura. Um dos seus principais objetivos, é combater o racismo, valorizar a auto-estima e afirmação da identidade das crianças negras nas escolas. Assim, estas crianças são os sujeitos deste processo, quando motivadas pelo conhecimento da história dos povos africanos e brasileiro afirmam as suas próprias identidades.

Procura-se neste trabalho compreender como os/as alunos/as negras da Escola Municipal Martagão Gesteira localizada em Salvador, afirmam as suas identidades, nas práticas escolares, diante do Ensino da História e Cultura Africana e afro-brasileira. Ao registrar o que elas dizem sobre si e sobre os outros, sendo este falar vinculado ao saber cultural e as vivências do seu meio social e familiar, também dos conhecimentos que passam a obter na escola com a Lei 10639/03. Assim entendemos que a afirmação da identidade das crianças negras, acontece a partir das diferenças sócio-históricas, culturais e simbólicas.

Nesse contexto, a pesquisa tem por estratégia analisar os caminhos que foram percorridos pela legislação brasileira e pela sociedade civil, aqui representada pelo Movimento Social Negro, para que fosse garantido o falar das crianças negras, ainda relacionar com as denúncias de práticas de racismo institucional revelados nos trabalhos dos/das autores/as pesquisados, com as diferenciadas formas de reações das crianças sobre estas práticas.

É importante ressaltar que o campo de estudos que trata sobre crianças negras no Brasil, se desenvolve majoritariamente por mulheres negras intelectuais e militantes do Movimento Social Negro. As autoras que são citadas neste trabalho, exploram campos específicos e atuais sobre o processo de afirmação da identidade das crianças negras. Para tratar da discriminação dessas crianças, nos livros didáticos, recorro a Ana Célia Silva; para formação de professores e conceitos sobre as crianças afro-descendentes, Ana Kátia Alves dos Santos; sobre a 1ª infância afro-descendente, no seu viver cultural e comunitário fora do espaço escolar, Flávia Damião; para tratar do conceito de infância e as políticas públicas para educação infantil, Marta Alencar; e para falar sobre o silêncio em que as crianças são submetidas diante de atos racistas, busco Eliane Cavalleiro.

Para análise dos documentos legais sobre a educação brasileira, utilizo: a LDB- Leis de Diretrizes e Bases da Educação; os PCN's Parâmetros Curriculares Nacionais; RCN - Referencial Curricular Nacional; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Diretrizes Curriculares para a inclusão da história e cultura Afro-Brasileira e Africana no Sistema Municipal de Salvador, para fundamentar como o Estado brasileiro trabalha em prol de uma educação que possibilite a inserção e permanência de crianças negras nas escolas.

Este estudo tem como objetivo geral, compreender como as crianças negras constroem a sua auto-estima e afirmam as suas identidades, quando motivadas pelo Ensino da História e Cultura africana e afro-brasileira, nos objetivos específicos: analisar as manifestações de interesse das crianças pela História e Cultura africana e afro-brasileira; enunciar a relevância do Ensino da História e Cultura Africana e afro brasileira para a construção da auto-estima e afirmação da identidade da criança negra; estabelecer um diálogo entre a imagem que a criança negra traz de si mesma e o ensino da História Africana na escola.

Nesta perspectiva temos o seguinte questionamento: Dada que a Lei 10.639/03 tem o objetivo de afirmar a identidade e elencar auto-estima de crianças negras, perguntamos, através das reações delas, diante do Ensino da História e Cultura Africana e afro- brasileira como isso se dá na prática escolar? E com este questionamento avançamos para um trabalho de observação, sobre as práticas escolares e as reações das crianças em face à história e cultura africana.

Tenho como hipóteses, que as crianças negras, por estarem inseridas neste processo de aprendizagem sobre a sua cultura com referências positivas, podem afirmar a sua identidade, ao conviverem com seus familiares, numa comunidade também com este perfil, inseridas numa escola que trabalha com o Ensino da História e Cultura africana e afro –brasileira, onde aborda a importância do povo afro-brasileiro para o desenvolvimento econômico, social e político do país. Ao trabalhar com conteúdos que tratam das religiões de matriz africana, história do continente africano, as resistências e lutas dos povos africanos pela liberdade, e também abordagens sobre os contextos atuais da representação do negro nos movimentos sociais, nas criações artísticas, culturais e literárias, com estes conteúdos que possibilitam a auto identificação positiva, estas crianças estarão

diante das bases significativas para afirmarem-se e revelarem isto através das suas falas, gestos e demais expressões.

As dificuldades encontradas para efetivar a pesquisa estiveram relacionadas ao tempo e espaço, o primeiro por consequência do segundo, pois nos espaços que tentei iniciar o trabalho de campo percebi que o racismo institucional resiste a Lei 10.639/03, e as instituições inibem a aplicação desta em suas atividades, portanto precisei de mais tempo para certificar-me sobre o que os/as gestores/as afirmam nas entrevistas, quanto às práticas projetadas para o Ensino da história e Cultura Africana e Afro-brasileira, e sua consistência na aplicabilidade no cotidiano em sala de aula.

Permito-me revelar as motivações que fizeram-me escrever este trabalho, primeiro, das lembranças de quando criança negra, estudante da educação infantil à antiga 4ª série do ensino fundamental e como me vejo hoje, preparando-me para seguir a profissão de pedagoga. Considero que as práticas escolares estejam mudando para que as crianças negras possam dizer da onde chegam desde o contexto comunitário ao escolar, necessário para afirmar as suas identidades.

Qual a distância que tenho sobre o campo de pesquisa? Confesso que quase nenhuma: Envolve-me e escrevo a partir do lugar que venho, afirmo o compromisso com a minha infância, com os meus estudos, com a comunidade da onde sou “nascida e criada” e todos os elementos culturais que aproveitei, quando estava no ensino fundamental estudando em escola pública, numa comunidade em que sua população é majoritariamente negra, com muitos espaços de religião de matriz africana, com cultura dos blocos afros, blocos de afoxés e blocos de índios, samba duro e samba de roda.

Afirmo a minha identidade de mulher negra, estando como estudante cotista da Universidade Federal da Bahia e compreendo como importante, neste processo as ações do Movimento Social Negro que faz junto ao Estado, instituir em 2004 as Políticas Públicas de Ações afirmativas e as cotas universitárias como políticas reparatórias. Dou continuidade às várias formas de ser movimento negro e aproveito este espaço de poder, privilegiado da elite brasileira, para continuar a minha trajetória de filha de ancestrais africanos que resistem a qualquer forma de racismo, inclusive o institucional. Assim, também mantenho as relações culturais, políticas e afetivas com a comunidade em que vivo, devolvo com gratidão tudo que me foi ensinado desde que nasci. (mais que uma pesquisa científica).

A metodologia utilizada para a construção desta pesquisa está organizada a partir do referencial teórico de 'como fazer' com Henrique Cunha Júnior, quando ao dizer que: "Afrodescendência é uma proposição conceitual para expressar a transição histórica da população negra no Brasil, levando em conta o passado africano." E a partir deste conceitos para outros que tratam a metodologia a partir desta base teórica, sobre a formação da população negra no Brasil, dá bases a minha investigação científica.

A pesquisa é qualitativa descritiva. O método de investigação utilizado é de observação que acontece durante 60 horas distribuídas em 30 dias, nas segundas e sextas feiras de cada semana. O campo é a Escola Municipal Martagão Gesteira, localizada no bairro do Engenho Velho de Brotas, Salvador- BA. Os sujeitos da pesquisa são os/as 34 alunos/as. Também são identificadas às ações e reações das crianças diante de situações que revelam abordagens sobre as relações raciais, cultura e história da África.

Os critérios utilizados para escolha do campo são: escola pública, que trabalha com Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira e que gestores e professores/as compreendessem a importância deste ensino.

Para escolha dos sujeitos: crianças negras no 4º ano de escolarização. Os instrumentos utilizados foram o diário de campo e máquina fotográfica, para coleta de dados os questionários para diretor/a e professores/as. Para descrever os questionamentos, afirmações, frases irônicas, brincadeiras e gestos das crianças utilizam do diário de campo como principal recurso, que funciona como um instrumento de observações e discussões pessoais sobre cada momento vivido nas práticas de campo. Organizado por datas, horas e descrição dos locais de campo e dos sujeitos envolvidos na pesquisa. As anotações das falas das crianças estão autorizadas pelas diretoras das escolas. (Anexo III)

Os dados estão organizados em forma de registros das falas dos/as alunos/as, é uma pesquisa qualitativa e interpreto alguns registros das falas e entrevistas. A pesquisa acontece no turno vespertino, nas segundas e sextas feiras da semana e utilizo também, pesquisas de materiais bibliográficos já desenvolvidos em escolas por outras autoras. Também as análises de documentos da legislação brasileira que tratam de educação, também foram importantes nesta pesquisa.

Com este trabalho podemos visualizar como crianças negras se mantêm nas instituições de ensino apesar de todo o descaso aos conteúdos que às interessam

também as suas reações quando se sentem tocadas pelo processo de aprendizagem com referências nas suas vivências, como algo que vem do seu histórico, da memória e da ancestralidade.

O trabalho de campo foi efetivado com algumas dificuldades, primeiro refiro-me ao tempo de pesquisa, que se tornou insuficiente para obter resultados mais precisos e abrangentes. Foi preciso passar por duas escolas e três turmas para que obtivesse algo (espaço) próximo da proposta da pesquisa, isto tem relação com as dificuldades que as escolas têm para efetivarem com todas as turmas o Ensino da História e Cultura Africana e Afro Brasileira.

As outras dificuldades encontradas no trabalho de campo são equivalentes ao pouco entendimento que os profissionais da educação têm sobre o tema, as diretoras entrevistadas, dizem que a escola trabalha com Lei 10.639/03 a partir de um projeto, e ao entrevistar os/as professores/as, descobre-se que alguns trabalham o tema e outros/as não, por motivos diversos, inclusive por não compreenderem a necessidade destes conteúdos nas práticas de ensino e outros/as trabalham apenas nas datas comemorativas.

Com bases nas anotações feitas no diário de campo, o trabalho teve o seguinte cronograma: Na primeira semana, ocorreu à visita na escola com o questionário para fazer entrevista com a direção e professora/o, conhecer a escola e os alunos/as, e saber sobre os projetos desenvolvidos com a Lei. 10.639/03.

Na segunda semana houve a observação em sala de aula e nos corredores para saber, quais expressões dos estudantes em sala de aula e fora desta. Também observei como se relacionam com os professores, funcionários e colegas.

Na terceira semana fiquei mais próxima das crianças para perceber os cochichos, e demais expressões.

Na quarta semana foi iniciado o relatório de observações e todas as falas foram registradas, mas em destaque tivemos as expressões das crianças negras.

Alguns critérios foram utilizados para trabalhar na pesquisa, com as crianças, primeiro considerei as intervenções destas, as intervenções da professora quanto ao assunto referido, às relações interpessoais das crianças com os colegas não negros.

As crianças negras foram o público alvo da pesquisa com as intervenções destas, foram identificadas as ações e reações, diante das situações que revelam abordagens sobre as relações raciais, cultura e história afro- brasileira.

Este trabalho está organizado de forma que todos os caminhos, com seus becos, travessas sejam delineados, ligados e até mesmo cortando algumas vias, faço uma trilha no mundo das crianças negras, encontro-as , e criamos mais uma passagem para ir além do que sabemos.

Na **introdução** faço uma breve análise sobre os caminhos percorridos para a minha inserção no campo de estudo e os objetivos e metodologias desenvolvidas para concretizar o trabalho. Também descrevo o público alvo, e as referências teóricas utilizadas, destaco ainda a valorização das pesquisas sobre crianças negras.

No *primeiro* capítulo, analiso o “**Caminhar da legislação brasileira para afirmação de identidade das crianças negras**”, considerando as propostas legais para um currículo que possibilite práticas de auto reconhecimento, e reconhecimento do outro, com base no respeito às diferenças, até trazer a reflexões sobre as possibilidades de educação, que incluam a história e cultura africana e afro brasileira em documentos que são direcionados ao público desta pesquisa e retomo a investigação sobre qual o plano para educação das crianças negras.

No *segundo* capítulo que trata do “**Movimento Social Negro afirmando-se e afirmando as nossas crianças**” descrevo as iniciativas que fizeram a sociedade civil e Estado pensar sobre a situação dos ascendentes de africanos na educação, relato como este movimento enfrenta o racismo institucional de forma organizada, trago conceitos sobre criança e criança negra, faço comparações com a minha infância em que este movimento estava no dia-a-dia afirmando a minha identidade negra e da minha família.

No terceiro capítulo: “**As crianças negras afirmam-se como negras**” descrevo o trabalho desenvolvido no campo da pesquisa, e como as crianças negras afirmam-se com as suas falas, seus gestos e atitudes. Trago referências que tratam da infância negra como uma necessidade a ser vivida e pesquisada e também questionamentos de como as crianças negras afirmam e vivem as suas identidades, resistindo ao ambiente institucional descaracterizado das suas raízes culturais, sociais e políticas.

No quarto capítulo, como uma resposta ao terceiro capítulo, analiso referências sobre as “**Propostas para o falar contextualizado na educação para crianças negras**”, já que a Lei 10.639/03 incentiva e desperta situações nas práticas escolares, que até então não eram oficializadas sobre a necessidade de um

plano institucional para a educação de afro-brasileiros com fundamento integrado para o sistema de ensino, considerando os currículos, metodologias e na proposta ideológica de firmar campos de saber com referências africanas.

1 O CAMINHAR DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA A AFIRMAÇÃO DE IDENTIDADE DAS CRIANÇAS NEGRAS

A Lei 10.639 foi instituída em 2003, e em 2008 foi alterada com a Lei 11.645/08 do Ensino da *História da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil*. Esta alteração inclui o estudo sobre a história e cultura indígena nas práticas escolares. Assim os resultados obtidos sobre a aplicação da Lei 10.639/03 antes da alteração para a Lei 11.645/08 estão disponíveis em materiais bibliográficos que são publicados através de cartilhas, revistas, livros, programas e projetos descritos por pesquisadores do tema.

Os temas como: *Cidadania e Consciência Negra*, Políticas Públicas de Ações Afirmativas e Equidade Racial, entram nas pautas de discussões intensas nas atividades dos movimentos sociais, assim os temas Diversidade, *multiculturalismo*, pluralidade étnica e cultural entram em pauta como termos que precisam ser analisados e passam pelo processo de desconstrução no Movimento Social Negro, para desmitificar a falsa democracia racial, pois estes últimos temas geralmente são utilizados para afirmar que os diversos são iguais, e que negros e não negros podem conviver em harmonia, assim desarticulando o processo de políticas públicas através do princípio da *equidade*.

Assim as discussões teóricas, os debates sócio-políticos e acadêmicos sobre as políticas públicas para o combate ao preconceito, discriminação e racismo nas escolas, desenvolvem-se em torno do que o Estado propõe e de como a sociedade em geral atende e responde a estas questões.

A Lei 10.639/03 do Ensino da História e Cultura africana e afro-brasileira nos contempla com novas possibilidades de discutir sobre questões que envolvem o termo: *identidade*, na perspectiva das crianças negras e de seus *ascendentes* negros africanos. Assim, afirmamos que a Lei 10.639/03 é importante para a construção e afirmação da identidade de crianças negras.

A legislação brasileira valoriza a construção da identidade nacional e pessoal, para que os objetivos com a educação sejam atingidos, respeitando os princípios da autonomia, diversidade e cidadania, assim consta em documentos que organizam e delineiam estratégias para esta política educacional, como o Referencial Curricular para Educação Infantil (1998, p.13):

A identidade é um conceito do qual faz parte a idéia de distinção, de uma marca de diferença entre as pessoas a começar pelo nome, seguido de todas as características físicas, de modo de agir e de pensar e da história pessoal. Referencial Curricular para a Educação Infantil.

Portanto existem na legislação educacional brasileira documentos elaborados antes da Lei 10.639/03 conceitos sobre identidade a partir do perfil cultural e social dos alunos/as, ainda considerando os espaços urbanos, regionais que estes alunos/as pertencem. Podemos dizer que existe aqui uma das formas de conceituar identidade, e a partir desta compreensão, as Diretrizes, os Parâmetros e os Referenciais tratam da democracia educacional brasileira desde a Educação infantil.

Os conceitos universais sobre identidade, ainda permanecem em alguns documentos como nos Parâmetros Curriculares Nacionais, ao tratar das identidades de todos que estão inseridos nas escolas, mas não destacando o princípio de equidade para os/as alunos/as negros/as. Os documentos estudados foram elaborados nos anos de 1996 a 2001, sabendo-se que até os anos decorrentes estes documentos estão sendo complementados com políticas públicas de ensino.

Trazendo uma análise sobre a legislação brasileira e as políticas para educação, encontramos de 1996 à 2001 uma tendência para tratar os termos diversidade, pluralidade cultural, e respeito às diferenças, de forma tímida e com pouca objetividade para contemplar público aqui destacado, pois são alguns termos que tratam das diferenças, mas que nos textos legislativos não efetivam observações sobre o perfil de alunos/as brasileiros para identificar quais diferenças são estas.

Quando tratam do perfil dos alunos/as, falam de cultura, região e renda, e os requisitos raça, cor e gênero não estão inseridos nestas análises para promover políticas públicas ao público Estado brasileiro atende na educação. Assim ao tratar de equidade para combater a evasão e repetência, inserem-se os temas transversais no currículo que não exemplifica a situação de cada grupo social, estes documentos legais tornam-se frágeis para efetivar políticas efetivas para o público que realmente necessita, pois as crianças negras estão inseridas como maioria nestes contextos de evasão, repetência e com e estas informações identificamos nos documentos oficiais de 1993 a 2003, as informações sobre a escolaridade entre brancos e negros (MEC, 2005, p.17):

Ressalte-se ainda a desigualdade nas políticas de acesso e de permanência de alunos negros em relação aos brancos no sistema de ensino nacional. Tal desigualdade é expressa nas possibilidades de ingresso e, sobretudo, nos indicadores de exclusão prematura da escola. Dados do SAEB (2003) indicam que a participação dos estudantes negros é de 11% na 4ª série do ensino fundamental e 8% no último ano do ensino médio, enquanto os brancos, que somam 39% dos alunos ao final do primeiro ciclo do fundamental, totalizam 48% no 3º ano do ensino médio. Os dados do IBGE revelam ainda, que no período de 1993 a 2003, a população brasileira de 10 anos ou mais teve ampliado em 1.4 pontos percentuais a média de anos de estudo, passando de 5,0 para 6,4. Nesse ano, contudo, a média de anos de estudo de brancos foi de 7,3 anos; de pretos de 5,6 e de pardos, 5,4 anos (IBGE, 2005).
<http://www.porlainclusion.educ.ar/documentos/Brasil.pdf>

No Referencial Curricular Nacional para a educação infantil - Formação pessoal e social, volume 2, de 1998, encontramos alguns destaques sobre a importância da formação de identidade e auto-estima e respeito às diferenças, de forma superficial, e sem referências aos grupos específicos. Já nos Parâmetros Curriculares Nacionais - Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais, sobre a identidade, preocupa-se na identidade pessoal e nacional, e no tratamento para aqueles/as alunos/as que necessitam de auto-estima.

Estes documentos trazem em seus contextos problemas atuais sobre a educação sem que se considerem as seqüelas trazidas pelo o contexto histórico da educação no Brasil. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana do ano de 2004 revelam decretos do século XIX que não permitiam negros nas escolas (Brasil, 2004, p. 7):

Decreto nº 1.331 de 17 de fevereiro e 1854 estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O Decreto nº 7.031- A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno desta população aos bancos escolares.

Os documentos oficiais de educação publicados antes do ano de 2003 como: Referencial Curricular para Educação Infantil, e os Parâmetros Curriculares Nacionais, assumem que nas instituições de ensino existem os alunos/as diferentes considerando as suas diversidades e que têm baixa estima, que evadem e são repetentes, mas não informam que estes alunos/as são negros/as, e não fundamentam estes problemas a partir de contextos históricos como o processo de colonização e escravização dos povos africanos. Estes documentos não

consideram o público inserido na escola como maioria de descendentes de negros africanos que sofreram as mazelas da escravidão e que sofrem o racismo.

Acreditamos que para tratar das situações que impossibilitam a boa educação para todos, precisamos abordar os principais problemas e causas que refletem no cenário atual das desigualdades, não sendo analisados todos ou as principais causas dos problemas educacionais, não se tem estratégias e políticas consistentes para a valorização do princípio da equidade e respeito às diferenças, também não podendo aprofundar-se sobre a construção e afirmação de identidade e auto-estima de alunos/as negros.

A elaboração do currículo escolar organiza-se a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais, e ao tratar dos princípios e objetivos deste documento, que considera a escola como espaço que se constitui a cidadania como princípio, possibilita as relações sociais tendo a escola como um espaço de socialização que segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais:

Essa função socializadora remete a dois aspectos: o desenvolvimento individual e o contexto social e cultural. É nessa dupla determinação que os indivíduos se constroem como pessoas iguais, mas, ao mesmo tempo, diferentes de todas as outras. Iguais por compartilhar com outras pessoas um conjunto de saberes e formas de conhecimento que, por sua vez, só é possível graças ao que individualmente se puder incorporar. Não há desenvolvimento individual possível à margem da sociedade, da cultura. Os processos de diferenciação na construção de uma identidade pessoal e os processos de socialização que conduzem a padrões de identidade coletiva constituem, na verdade, as duas faces de um mesmo processo.
(Brasil, 1997, p.34) Extraído em 20/11/11
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>

Podemos considerar que a construção de identidade se estabelece no convívio com o outro, nas trocas cotidianas e no respeito mútuo. Mas quando os contextos culturais e sociais como determinantes da construção de identidade é estudado de forma aprofundada, compreendemos que diferente do que os PCN's afirmam estes indivíduos tornam-se diferentes e não iguais, e a partir desta diferença que ocorre o tratamento diferenciado para compreensão do outro. Ainda considerando que os contextos culturais e sociais não estão separados dos contextos históricos principalmente ao tratar das crianças negras, que tem na sua cultura, diferenciais afirmativos constituídos por histórias diferenciadas dos demais povos.

Os aspectos que deveriam ser fundamentados nos PCN's e no RCN sobre a *afirmação de identidade e construção da auto-estima das crianças negras* não foram fundamentados a partir do princípio da identidade das pessoas negras.

Na década de 90 as denúncias do racismo na escola acontecem a partir das pesquisas e produções teóricas sobre livros didáticos, relação aluna/aluno, relação professor/a e aluno/a, currículo e sobre as posturas da legislação brasileira para educação de crianças negras nas práticas escolares, diversos autores publicam pesquisas que tratam do racismo institucional nas escolas, e em 1997 são publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais que abordam questões sobre a discriminação étnica, e oficializando os temas transversais, inclusive sobre Pluralidade Cultural.

Com isto, em 1998 é lançada o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, com as mesmas referências conceituais sobre identidade dos Parâmetros Curriculares Nacionais, não especificando o tratamento de equidade para crianças negras vítimas de racismo e discriminação desde a educação infantil. Estas orientações sobre a valorização da identidade de crianças negras deveriam ocorrer sempre na legislação brasileira para que o tratamento com equidade fosse organizado e inserido no currículo e nas práticas escolares.

1.1 Um caminho com desvios na Legislação brasileira para a educação das crianças negras.

Buscam-se políticas que efetivem o combate contra as práticas de racismo nas escolas, e estas devem ser adequadas com a realidade racial do país. As Ações Afirmativas dão início a este processo, mas é necessário considerar o histórico da educação das crianças negras através do que dizem para nós, quando evadem da escola, quando caem seus rendimentos e quando elas resistem a uma educação universal.

Até o ano de 2001 os textos da legislação brasileira não especificam políticas para os/as alunos/as negros/as. No antigo PNE – Plano Nacional de Educação, destaca-se entre os objetivos principais (2001, p. 27): *“a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na*

educação pública”. Está identificadas desigualdades no acesso ao ensino, que segundo o texto limita-se às condições sociais e regionais.

Ao tratar do ensino fundamental, observamos que a evasão e repetência estão como principais problemas relacionados à permanência dos/as alunos/as e sem a identificação de quem evade, informam que tem baixa renda, mas não sabemos oficialmente sobre as condições culturais, e se este/as alunos/as sofre algum tipo de discriminação na escola ou fora desta

O Plano Nacional da Educação (2001) assume que existem problemas no Ensino fundamental: “Existe hoje, no Brasil, um amplo consenso sobre a situação e os problemas do ensino fundamental” (PNE, 2001, p.50) A repetência é um dos problemas justificados porque (PNE, 2001, p.50):

As matrículas do ensino fundamental brasileiro superam a casa dos 35 milhões, número superior ao de crianças de 7 a 14 anos representando 116% dessa faixa etária. Isto significa que há muitas crianças matriculadas no ensino fundamental com idade acima de 14 anos. Em 1998, tínhamos mais de 8 milhões de pessoas nesta situação [...]

A exclusão também é um fato comprovado, e as justificativas para a exclusão são várias, menos de que a discriminação e o racismo institucional possam afastar as crianças negras da escola , justificam e concluem que (PNE, 2001, p.50):

A exclusão da escola de crianças na idade própria, seja por incúria do Poder Público, seja por omissão da família e da sociedade, é a forma mais perversa e irremediável de exclusão social, pois nega o direito elementar de cidadania, reproduzindo o círculo da pobreza e da marginalidade e alienando milhões de brasileiros de qualquer perspectiva de futuro.

Ao comprovar os problemas de repetência, exclusão e evasão, identifica-se uma emergência na educação brasileira que deve ser resolvida: O atraso no percurso escolar resultante da repetência e da evasão sinaliza para a necessidade de políticas educacionais destinadas à correção das distorções idade-série (PNE, 2001, p.54-55). E algumas destas políticas já são propostas a partir do (PNE, 2001, p.57-58-59):

[...] oferta qualitativa deverá, em decorrência, regularizar os percursos escolares, permitindo que crianças e adolescentes permaneçam na escola o tempo necessário para concluir este nível de ensino [...] ampliação da jornada escolar para turno integral tem dado bons resultados. O atendimento em tempo integral, oportunizando orientação no cumprimento dos deveres escolares, prática de esportes, desenvolvimento de atividades artísticas e alimentação adequada [...] ampliar o atendimento social, sobretudo nos Municípios de menor renda, com procedimentos como renda mínima

associada à educação, alimentação escolar, livro didático e transporte escolar [...] o projeto político-pedagógico da escola, como a própria expressão da organização educativa da unidade escolar, surgem os conselhos escolares, que deverão orientar-se pelo princípio democrático da participação [...] A atualidade do currículo, valorizando um paradigma curricular que possibilite a interdisciplinaridade [...] Deve-se assegurar a melhoria da infra-estrutura física das escolas, generalizando inclusive as condições para a utilização das tecnologias educacionais em multimídia, contemplando-se desde a construção física, com adaptações adequadas a portadores de necessidades especiais, até os espaços especializados de atividades artístico-culturais, esportivas, recreativas e a adequação de equipamentos [...] É preciso avançar mais nos programas de formação e de qualificação de professores [...] E, finalmente, a consolidação e o aperfeiçoamento do censo escolar, assim como do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e a criação de sistemas complementares nos Estados e Municípios permitirão um permanente acompanhamento da situação escolar do País. Extraído em 21/11/11 <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001324/132452porb.pdf>

Ao analisar este documento percebo que algo não é revelado, todos os motivos e todas as propostas estão postas para que haja o combate a exclusão, a evasão e repetência, mas ainda não se identifica para quais alunos/as. Propositalmente, afasta-se dos motivos reais que fazem com que muitos alunos/as se sintam excluídos/as e se excluam das escolas, a invisibilidade, a discriminação e a negação da identidade destes/as, fazem com que se estabeleça o preconceito, a discriminação e o racismo institucional, ocasionando outro processo que não se reflete na auto - exclusão, mas da própria instituição de ensino excluir o aluno/a negro/a. Na exposição dos objetivos e metas surge um propósito no (PNE, 2001, p.61):

Manter e consolidar o programa de avaliação do livro didático criado pelo Ministério de Educação, estabelecendo entre seus critérios a adequada abordagem das questões de gênero e etnia e a eliminação de textos discriminatórios ou que reproduzam estereótipos acerca do papel da mulher, do negro e do índio.

Existe uma tendência neste documento para ações de equidade ao tratar da educação para negros e povos indígenas, (PNE, 2001.134):

No Brasil, desde o século XVI, a oferta de programas de educação escolar às comunidades indígenas esteve pautada pela catequização, civilização e integração forçada dos índios à sociedade nacional. Dos missionários jesuítas aos positivistas do Serviço de Proteção aos Índios, do ensino catequético ao ensino bilíngüe, a tônica foi uma só: negar a diferença, assimilar os índios, fazer com que eles se transformassem em algo diferente do que eram. Nesse processo, a instituição da escola entre grupos indígenas serviu de instrumento de imposição de valores alheios e negação de identidades e culturas diferenciadas.

Assim, encontramos algo pautado na valorização da identidade do povo indígena, trazendo possibilidades de abordagens sobre a re-construção da identidade dos povos colonizados no Brasil, como os indígenas e negros/as descendentes de africanos/as, este último só encontraremos no Plano Nacional da Educação do ano de 2004.

Quando PNE foi instituído, teve como princípio a sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, para universalizar a educação e promover a equidade segundo, consta que:

Os preconceitos e estereótipos de qualquer natureza devem ser eliminados da educação. 4. Um compromisso efetivo para superar as disparidades educacionais deve ser assumido. Os grupos excluídos - os pobres: os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e lingüísticas: os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação - não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais.
(Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien, 1990, p.8):

Considerando esta declaração como importante para fundamentar a legislação brasileira para a educação, sigo com algumas críticas a termos usados para definir a posição de meninos e meninas que *moram na rua*, usam o termo “os meninos e meninas de rua” como se estes fossem naturalizados neste espaço, também o uso de termos minorias para identificar povos com diferenças *étnicas raciais*, pois não são minorias enquanto contingente da população é maioria no Brasil e com menor renda. Ainda, os termos: “*carentes e esforçados*” criticados pela socióloga Vilma Reis (coordenadora CEAFFRO), estão em constantes discussões na sociedade civil representado pelo Movimento Social Negro para desconstruir alguns termos racistas que teimam em desqualificar as identidades dos indivíduos.

O que é mais grave na elaboração PNE 2001 quanto à sintonia com a declaração, é que mesmo que esta especifique que os preconceitos contra as minorias étnicas raciais devem ser assumidos e eliminados, sendo este um dos principais fatores para que as desigualdades educacionais persistam, a legislação brasileira não contempla em seus documentos institucionais, limitando-se apenas a avaliação de livros didáticos.

1.2 A legislação brasileira abre caminhos para efetivar afirmação da identidade de crianças negras

Este trabalho está contextualizado, no combate ao racismo institucional que acontece nas práticas em sala de aula. E mesmo com respaldo legal na obrigatoriedade da aplicação da Lei 10.639/03 tive dificuldades para desenvolver a pesquisa, pois encontro algumas barreiras significativas no trabalho de campo, relativos ao pouco entendimento que os profissionais da educação têm sobre o tema, ao entrevistar diretoras de escolas, dizem que trabalham com Lei 10.639/03 com projetos ou em datas comemorativas, e ao entrevistar os professores, descobre-se que alguns trabalham o tema e outros não, por diversos motivos, inclusive por não compreenderem e desprezarem a necessidade desta forma de ensino.

A Lei 10.639 foi instituída em 2003, e em 2008 alterada para a Lei 11.645/08 do Ensino da *História da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil*, inclui o estudo sobre a história e cultura indígena nas práticas escolares, mas as discussões sobre a efetivação da Lei 10.639/03 ainda são tímidas, e não possibilitam que uma avaliação contundente sobre os resultados alcançados com as práticas do Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.

Os/as pesquisadores/as e intelectuais que trabalham com este tema publicam materiais bibliográficos sobre os resultados, através de cartilhas, revistas, livros, programas projetos e outros. Estas são ações da sociedade civil organizada com parcerias institucionais como: Associações comunitárias, ONGs, grupos religiosos e organizações de movimentos sociais.

Este estudo acontece também com documentos legais da constituição brasileira sobre a inclusão positiva dos alunos/as negras e negros nas instituições de ensino: A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996); Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997); e o Plano Nacional de Educação (2004), para compreender como o Estado começa a efetivar as políticas de inclusão de descendentes de povos africanos, historicamente discriminados, e do processo de valorização da identidade, podendo assim fundamentar politicamente, a importância *da afirmação de identidade das crianças negras nas práticas escolares.*

Ao reconhecer, a sociedade civil organizada, representado pelo Movimento Social Negro que com as manifestações, publicações diversas, e enfrentamento legal ao racismo vem exigindo medidas eficazes para o combate do racismo nas escolas é a partir deste movimento que o Estado brasileiro reconhece a importância de aplicar políticas públicas na Educação para possibilitar a população negra o acesso e permanência a educação justa com respeito às diferenças.

As Leis de Diretrizes e Bases da Educação inclui em 2003, o Ensino da História e Cultura africana e afro- brasileira, tornando obrigatório este ensino nas instituições públicas e particulares, no ensino fundamental e médio, com os seguintes conteúdos (Brasil, 2003):

1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

E ainda incluí no calendário, o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. Com esta Lei 10.639/03 foram tomadas algumas iniciativas pela sociedade civil, instituições públicas e privadas, em prol do avanço com a aplicação do Ensino da História e Cultura Africana e afro brasileira, a publicação de diversos documentos que fundamentam a Lei 10.639/03 como um acontecimento histórico na legislação brasileira para a educação, como foi descrito no (Jornal Irohín, 2005, p.24):

Jamais o governo e o sistema educacional brasileiro trataram de forma tão afirmativa o legado dos negros do Brasil e do mundo, em especial do continente africano, quando sancionou a Lei 10.639/03. Esta política decompõe outras tantas ainda desconhecidas do contexto educacional brasileiro.

Trazer para o contexto educacional formalizado, a história do negro na África e no Brasil sempre foi tabu, antes da Lei 10.639/03 sabemos que algumas organizações e instituições educacionais já trabalhavam a partir do tema transversal Pluralidade Cultural e com os fundamentos dos próprios movimentos sociais, das religiões de matriz africana, blocos afros, ONGs Movimentos Hip Hop, Movimento de mulheres negras e outros, pois desde a década de 70 que se exige uma postura educacional específica para com a população negra.

Em outubro do ano de 2004 é lançado pelo Governo Federal as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em 2005 em Salvador é lançado a Diretrizes Curriculares para a inclusão da História e Cultura Afro-brasileira e africana no sistema municipal de ensino , em parceria com a Universidade Federal da Bahia , através do CEAFFRO, outro documento importante foi a publicação da pasta de textos lançado em Salvador, esta para professores e professoras, é editado com cadernos que tratam dos conteúdos que podem ser trabalhados nas instituições do ensino fundamental.

Estes cadernos contem os seguintes títulos: Gênero e raça: desafios à escola; Contribuição dos povos africanos para o conhecimento científico e tecnológico universal; A África contemporânea: dilemas e possibilidades; Quilombos no Brasil e a singularidade de Palmares; Revolta de Búzios ou Conjuração Baiana de 1798: uma chamada para a liberdade; A Revolta dos Malês em 1835; A influência das línguas africanas no português brasileiro; Mitos afro-brasileiros e vivências educacionais e no último texto, Educação para a convivência pacífica entre as religiões.

Os três documentos: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004); Diretrizes Curriculares para a inclusão da História e Cultura Afro-brasileira e africana, em Salvador (2005) e a pasta de textos para professores e professoras, além das produções científicas como artigos, trabalhos monográficos, dissertações de mestrados e outros dão importância significativa para aprofundarmos questões neste trabalho e demais pesquisas. Todos revelam a importância da *Lei. 10.639/03 para Afirmação de Identidade das crianças negras nas práticas escolares.*

Estas iniciativas legais proporcionam as instituições de ensino, a identificação do racismo nas relações entre professores/as e alunos/as, e alunos/as e funcionários/as e comunidade, trazendo possibilidades de combater ações racistas, de visibilizar estes/as alunos/as negros/as como pessoas de direitos, que resistem aos estereótipos impostos pelo racismo, possibilitando perceber quando estes/as alunos/as são comparados a animais ou em situações de subalternidade, sendo

vitimas de inferioridade. Assim, outros caminhos passam ser tomados nas práticas escolares á principio voltado à comemoração do Dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, geralmente com atividades que valorizam a imagem do povo negro, na estética com desfile da beleza negra, oficinas de trançados, em exposições artísticas, ainda na literatura com contações de histórias e contos africanos, também com exposições de filmes e documentários sobre o continente africano.

Estas práticas impulsionadas pela lei 10.639/03 e incentivadas pelos/as os profissionais da escola, oferecem a oportunidade destas crianças serem comparados com personagens positivos da cultura negra e africana, como Zumbi dos Palmares, Deusa do ébano do Bloco Afro Ilê Aiyê, como rainhas e reis africanos. Sabendo-se que falta muito para atingirmos a valorização dos povos africanos nas escolas e seus descendes, para isso precisa-se de medidas efetivas como um projeto direcionado às escolas, mais estudos e formação dos professores.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais também foram importantes para pensar nas possibilidades do currículo contemplar as diversas culturas dos sujeitos que são excluídos da escola por não sentirem-se contemplados com os métodos de ensino. Apesar de em 2001 o Plano Nacional de Educação não destacar o requisito raça/ cor para ter mais sintomas sobre evasão e repetência. Na Introdução dos Parâmetros Curriculares em 1997 cita face a situação do ensino fundamental que :

Além das imensas diferenças regionais no que concerne ao número médio de anos de estudo, que apontam a região Nordeste bem abaixo da média nacional, cabe destacar a grande oscilação deste indicador em relação à variável cor, mas relativo equilíbrio do ponto de vista de gênero [...] Com efeito, mais do que refletir as desigualdades regionais e as diferenças de gênero e cor, o quadro de escolarização desigual do País revela os resultados do processo de extrema concentração de renda e níveis elevados de pobreza (PCN, 1997,p 18 e 19).

Ainda no documento de Introdução dos Parâmetros Curriculares, trata-se da diversidade como um dos fatores principais para obter a avaliação de forma que todos possam participar considerando às diferenças encontradas entre os/as alunos/as sabendo-se que, segundo (PCN,s, 1997p.63):” A atenção à diversidade deve-se concretizar em medidas que levem em conta não só as capacidades intelectuais e os conhecimentos de que o aluno dispõe, mas também seus

interesses e motivações” este é um ponto significativo neste documento, mas que ainda não fundamenta estes princípios, segundo os aspectos étnicos dos alunos/as.

Assim este documento trata o respeito às diferenças como possibilidade do/a aluno/a ser integrado na escola. Integra nos objetivos, conteúdos e critérios das avaliações a diversidade cultural e social compreendendo pré- conhecimentos que os indivíduos dispõem, desta forma trata-se de diversidade, equidade e respeito às diferenças:

Desta forma, a atuação do professor em sala de aula deve levar em conta fatores sociais, culturais e a história educativa de cada aluno, como também características pessoais de déficit sensorial, motor ou psíquico, ou de super dotação intelectual. Deve-se dar especial atenção ao aluno que demonstrar a necessidade de resgatar a auto-estima. Trata-se de garantir condições de aprendizagem a todos os alunos, seja por meio de incrementos na intervenção pedagógica ou de medidas extras que atendam às necessidades individuais.

A escola, ao considerar a diversidade, tem como valor máximo o respeito às diferenças — não o elogio à desigualdade. As diferenças não são obstáculos para o cumprimento da ação educativa; podem e devem, portanto, ser fator de enriquecimento.

Concluindo, a atenção à diversidade é um princípio comprometido com a equidade, ou seja, com o direito de todos os alunos realizarem as aprendizagens fundamentais para seu desenvolvimento e socialização. (PCN's 1997, p 63)

Os PCN's são documentos importantes para orientar os professores como proceder diante de um currículo diverso, com um público diferenciado nos seus objetivos conteúdos e orientações didáticas consta princípios fundamentais para as práticas em sala de aula, e expõem os conflitos que se estabelecem neste processo por considerar que as posturas do professor/a com aluno/a influencia para mais ou para menos no desenvolvimento cognitivo daquele que se dispõe aprender, sendo através” de uma prática educativa que tenha como eixo a formação de um cidadão autônomo e participativo (PCN's, p. 63)”,

Considerando autonomia de cada individuo e suas potencialidades, a relação entre os alunos/as, os instrumentos que são utilizados para as práticas, os recursos necessários para aquele que se disponibiliza em aprender que deve estar nesse processo também de inclusão. A relação do/a professor/a com os/as alunos/as neste contexto deve ser uma relação prazerosa. E ao compreender a valorização da a auto estima destes/as alunos/as é um dos fatores determinantes para que este possa atingir o seu principal objetivo de estar na escola: ‘aprender e compartilhar conhecimentos’. O documento reconhece a importância da visibilidade de todos os

alunos/as considerando as suas diferenças, com ressalva ainda de não citar a situação das crianças negras, a partir do seguinte contexto (PCN,1997,p 65):

Quando o sujeito está aprendendo, se envolve inteiramente. O processo, assim como seu resultado, repercutem de forma global. Assim, o aluno, ao desenvolver as atividades escolares, aprende não só sobre o conteúdo em questão mas também sobre o modo como aprende, construindo uma imagem de si como estudante. Essa auto-imagem é também influenciada pelas representações que o professor e seus colegas fazem dele e, de uma forma ou outra, são explicitadas nas relações interpessoais do convívio escolar. Falta de respeito e forte competitividade, se estabelecidas na classe, podem reforçar os sentimentos de incompetência de certos alunos e contribuir de forma efetiva para consolidar o seu fracasso.

Com as observações fundamentadas neste documento, afirmo o principal objetivo deste estudo que é a partir de políticas afirmativas impedir que o/a aluno/a negro/a se exclua e também seja excluído da escola, quando se sente menosprezado, subestimado naquele grupo que ele convive todos os dias, que muitas vezes esta mais presente do que a própria família, que representa o espaço de saber, de desenvolvimento e acolhimento, um espaço que ele vive com as pessoas que ele confia, que tem laços de afetividade.

Sentir-se rejeitado considerando estes aspectos, não só dificulta o processo cognitivo, mas cria um bloqueio na aprendizagem, e podemos considerar como baixa estima, fazendo com que este indivíduo sintam-se incapaz de pertencer a este espaço, que proporciona uma relação de poder em que este sempre perde, ou é subalterno nas situações que envolve liderança, e desvalorizado a partir da sua cultura, sua religião, e principalmente nos caso de adolescentes negras e negros, na representação social e *estética*, o (PCN, 1997,p.65-66) destaca que:

O aluno com um auto conceito negativo, que se considera fracassado na escola, ou admite que a culpa é sua e se convence de que é um incapaz, ou vai buscar ao seu redor outros culpados: o professor é chato, as lições não servem para nada. Acaba por desenvolver comportamentos problemáticos e de indisciplina.

É importante a análise deste documento sobre a causa e efeito da desvalorização da imagem dos alunos/as nas atividades escolares, mas para os/as alunas/os negros/as o resultado é mais grave ele se sente culpado e relaciona isso a tudo que vive, muitas vezes oriundos das comunidades populares e periferias, com acesso restrito, as tecnologias, espaços de lazer e aos espaços de poder, e a partir disso pensa que não vai ser 'nada' nesta vida quando crescer.

Diante desta situação, o documento torna-se universalista quando não especifica o contexto social a as diferenças raciais e culturais destes/as alunos/as negros e negras, pois quando eles/as chegam à escola com apenas 7 anos de idade, chegam de algum lugar, tem família , renda , e precisa da escola para afirmar-se enquanto cidadão. Não tem as mesmas necessidades que todos que estão inseridos neste ambiente, têm uma construção específica sobre si mesmo e sobre a escola. Estas questões precisam ser apropriadas nos PCN's.

Quando estes aluno/as negro/as buscam outros culpados, culpa a própria família, a si mesmo e os ambientes que vive, renega o que tem e identifica-se como pertencente a um grupo inferior, isso por passar por diversas formas de racismo dentro e fora da escola.

Quando existe o desinteresse nas práticas escolares, este/a afirma que o/a “professor/a é chato, as lições não servem para nada”, analisamos que não é só por isso que distancia –se aos poucos da escola , ao contrário do que é citado no PCN sobre o que os alunos/as apontam como culpados, as crianças negras admiram o/a professor/a, gosta das lições, quer aprender, mas ninguém olha para ela/ele, e quando olha torna-se o menino/a de descendência carente,a minoria, o/a periférico/a, o/a suburbano/a e o descendente de escravo/a , o/a filho/a da empregada, o filho/a da/o faxineira/o e com os rótulos estereotipado: a nêga maluca, o saci- perêê, o menino sem uma perna, o macaco, o diabo , perturbado, a negra preta do bozó, o picolé de betume, o demônio e o que não vai aprender nada !

Os Parâmetros Curriculares Nacionais tem como um dos seus objetivos o reconhecimento e respeito às diferenças culturais e enfrentamento contra a discriminação racial, étnica, social, nas crenças, orientação sexual e outras características, estes objetivos esta efetivados com detalhes no tema transversal: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

Ao analisar o tema transversal Pluralidade Cultural, percebo que o discurso se estabelece de forma universalista apesar de chamar atenção para as diferenças existentes no povo brasileiro. A primeira impressão que tenho é que o texto trata de diversidade, ou multiculturalismo e mesmo no seu objetivo da pluralidade, procurando conservar a idéia da identidade nacional. O que pretendemos saber com esta análise é como a legislação brasileira através do currículo proporciona afirmação, o reconhecimento da identidade de crianças negras, se estes documentos orientam para procedimentos que possam desfazer, desconstruir o

processo de negação de identidade ocasionado pela escravização dos seus descendentes, pelo processo de branqueamento, e pela relação de poder estabelecido pela branquitude.

Sabemos que o Estado brasileiro trilha caminhos para compreender a população negra brasileira, proporciona discussões sobre as políticas públicas afirmativas, com as reivindicações do Movimento Social Negro. Estas primeiras tentativas para chegar próximo do que queremos, não teve o êxito desejado, pois os documentos legais continuam insistindo no respeito às diferenças para sermos iguais.

O significado de igualdade para nossa população relaciona-se ao acesso aos espaços de poder, a renda, a saúde e educação de qualidade ou seja, trata-se de exigências para igualdade de direitos e para isso não precisamos ser iguais aos outros segmentos populacionais. Este ponto de identificação dos termos utilizados pelos documentos oficiais precisam ser esclarecidos, para que todos os brasileiros possam compreender o que os/as negros/as brasileiros/as necessitam para viver com cidadania. É nítido que este documento entra em controvérsias ao tratar das dificuldades de diversos povos, no único texto, e não reconhecer, cor e raça como determinantes para exclusão, pois o destaque étnico esta para todos aqueles do mundo que sofrem racismo e discriminação. O documento trata da Pluralidade Cultural no sentido autêntico do texto, que Pluralidade Cultural (PCN – Pluralidade Cultural 1997, p. 19):

[...] diz respeito ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal.

A valorização da identidade de negros brasileiros, não é o mesmo que a representação da identidade nacional. Sendo positiva a proposta de trazer para o currículo questões de extrema significância para as relações raciais na escola, mas não atingindo o verdadeiro objetivo de trabalhar as relações aluno/a aluno/ a, professor/a aluno/a de forma que contemple a equidade para aqueles que sofrem a discriminação racial.

Mais do que combater o racismo é desfazê-lo, tornando estas crianças negras visíveis, sendo identificadas como afro-brasileiras que tem cultura, língua, valores, estética e crenças diferenciadas. Uma análise sobre o tema Pluralidade Cultural foi feita por SOUZA (2001, p. 54):

[...] Há nesse documento uma vasta discussão teórica, mas por vezes fica-se a impressão de bricolage, caleidoscópio. O texto não está integrado, não há um corpo de idéias que ajudem a orientar e justificar as ações propostas. [...] Ali, apesar das críticas ao logo dos últimos anos, pode-se identificar o mito da democracia racial. É a idéia de que no Brasil não há preconceito. Todos são iguais têm os mesmos direitos.

O texto é publicado em 1997, e em 2001 pesquisadores/as deste tema mas o Movimento Social Negro faz críticas aos PCN's. Acredito que por este não identificar quem, como, e por quem sofre-se as discriminações, e preferir identificar os vários grupos étnicos que sofrem por preconceitos e discriminação, por diversas formas na escola. Quem concretiza as práticas de discriminação racial, não está identificado neste documento, pois também, o emigrante (branco) é mais um entre tantos outros que passaram pelas mazelas provocadas pela discriminação, regional, étnica, enfim.

O texto deixa aberta a conclusão de que 'estamos todos no mesmo barco' sofrendo por discriminações raciais.

Este documento é dividido por ciclos e respectivamente, ciclo -1 referente a 1ª e 2ª séries, e no ciclo 2, referente a 3ª e 4ª séries, nestes ciclos contém abordagens sobre racismo, preconceito que está mais presente no ciclo 1, pois no 2 após pautar questões referentes escravização de povos africanos retém-se em espaço tempo relacionando a história e geografia, descaracteriza o que poderia prosseguir para o contexto das culturas africanas nestes mesmos aspectos - geografia e história, e de como as crianças negras necessitam desta orientação como algo contínuo desde os primeiros ciclos até o segundo de forma que o programa atenda realmente as especificidades destas crianças dirigindo-se fundamentalmente à elas.

Mas não é de se duvidar este perfil disperso de trabalho, já que no texto, ao tratar do conceito de raça, faz crítica ao posicionamento positivo sobre este conceito a partir do uso afirmativo pelos movimentos sociais. Acreditamos que destacar "movimentos sociais" no texto, aponta para o Movimento Social Negro, já que não refere-se a nenhum movimento em específico :

Convém lembrar que o uso do termo "raça" no senso comum é ainda muito difundido, variando da idéia de reafirmação étnica, de forma a distinguir singularidades de potencial e demanda, como aquele que é feito

comumente por movimentos sociais, a usos ostensivamente pejorativos, que alimentam racismo e discriminação. (PCN,1997.p.34)

Ainda faltam algumas medidas para que a legislação brasileira tenha um projeto efetivo direcionado ao público que atende em sua maioria. *“Dar nomes e sobrenomes para que o racismo não chame as crianças negras do que quiser”* (Frase de Sueli Carneiro (Diretora do Geledés – Instituto da Mulher Negra).

Precisamos de um plano á longo prazo no currículo com os todos fundamentos específicos para /com a população negra, sistematicamente organizado, como encontra-se o atual documento do PCN,s com: justificativa, descrição dos últimos trabalhos desenvolvidos com a temática; caracterização do tema; contribuição sobre os estudos de crianças negras no âmbito da escola; fundamentos éticos, jurídicos, históricos e geográficos; conhecimentos sociológicos antropológicos; linguagens e representações; conhecimentos populacionais; conhecimentos psicológicos e pedagógicos; ensino e aprendizagem na perspectiva de educação africana e afro brasileira; viver e ensinar as diversidades africanas no Brasil; com seu objetivos e demais aspectos.

1.3 Tomando conta da estrada na perspectiva da criança negra

Ao ser instituída, a Lei 10.639/03 do Ensino da História e Cultura Africana e Afro Brasileira, deu inicio a uma série de manifestações institucionais para aprofundar as políticas afirmativas nas escolas.As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Diretrizes Curriculares para a inclusão da história e cultura Afro-Brasileira e Africana no Sistema Municipal de Salvador vem cumprir um papel importante , quando fundamenta e direciona como um programa organizado com objetivo de afirmar a história , cultura e identidade de estudantes negros e negras.

A diferença destes documentos para os anteriores: Parâmetros Curriculares Nacionais, Plano Nacional de Educação 2001 e LDB 1996, é que estes atuais estão direcionados ao público específico, falam diretamente com este público, compreendendo a sua história, e a influência destes nas iniciativas positivas das relações raciais na educação. E se tratando de relações raciais, o conceito de raça ‘aqui’ difere do argumentado no PCN – Pluralidade Cultural, raça esta como “[...] comum conceito relacional que se constitui histórica culturalmente, a partir de

relações concretas entre os grupos negros e não-negros na sociedade brasileira e, especificamente baiana” (Diretrizes Curriculares para a inclusão da história e cultura Afro-Brasileira e Africana no Sistema Municipal de Salvador, 2005, p.21)

Neste sentido houve um avanço na legislação brasileira para a aplicação das políticas públicas sobre o Ensino da História e Cultura africana e afro-brasileira, este possibilita que as discussões sobre o racismo nas escolas não seja superficial, dissimulado e constituído do mito da democracia racial.

Assim, podemos pensar à longo prazo num plano efetivo a partir destes documentos, podemos também dizer que fica mais próximo do que a sociedade civil representada pelo Movimento Social Negro almeja para o tratamento responsável com educação para crianças negras nas instituições de ensino. Com estes documentos legais atualizados podemos pensar na valorização efetiva do ser negro com seus direitos adquiridos e preservados.

A fundamentação histórica sobre a população negra em território brasileiro deve ser considerando como principal contexto para compreender a situação desta população na sociedade atual, tratando de educação, estes espaços institucionais são representados pela escola.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) tem um plano que contempla a efetividade da Lei 10.639/03, este documento trata dos principais objetivos da existência desta e direciona a prática do ensino para toda a população brasileira, ao abordar Educação e Relações Raciais, o documento aborda Políticas de Reparações, de Reconhecimento e Valorização de Ações Afirmativas; História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Determinações; Consciência política e histórica da diversidade; Fortalecimentos de identidades e de direitos; Ações educativas de combate ao racismo e á discriminações; Obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras, Educação das Relações Étnico-Raciais e os Conselhos de Educação. (DCN,2005)

A valorização da identidade da população negra e afro-descendente é considerada um dos pontos importantes neste documento que constitui como fundamento:

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afro-descendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. (DCN, 2004, P.10)

Todo o documento esta pautado na valorização dos/as estudantes negros/as, da sua história, da sua relação com outro, na formação de profissionais qualificados para atender com equidade as demandas que este público necessita. Assim começa ao serem efetivadas as políticas para a inclusão de negros e negras na escola, apesar de ser um parecer ainda pouco discutido nas escolas públicas e privadas, pois com este documento pode-se elaborar novas perspectivas para o ensino, começando por visibilizar as histórias dos negros neste país. Assim:

É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário sublinhar que tais políticas têm, também, como meta o direito dos negros, assim como de todos cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígena. Estas condições materiais das escolas e de formação de professores são indispensáveis para uma educação de qualidade, para todos, assim como o é o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos. (Brasil, 2004, p.10-11)

Esta garantido por lei a inserção legal das crianças negras na escola, a partir de documentos oficiais, mas só isso não basta, a inclusão de conteúdos no currículo escolar nas disciplinas de literatura , história e artes como indica Lei.10.639/03 deve ser planejada de forma contínua. O que temos até o presente na maioria das instituições é que a Lei 10.639/03 esta nos projetos das escolas,inseridos em projetos de diversidade, pluralidade cultural, algumas escolas insere em projetos pontuais, outras nos seus projetos políticos pedagógicos. Ainda algumas que aplicam a Lei 10.639/03 apenas em atividades nas datas 22 de agosto - Dia do Folclore e 13 de maio - Dia da Abolição da Escravatura, como são muitas que não trabalham com a História e Cultura africana e afro brasileira por que continuam afirmando que todos são iguais, ou que esta Lei 10.639/03 trabalha com a religião do “Candomblé”, e que é incentivo para o “*ódio racial ao contrário*” na escola.

São muitos os exemplos de como o tema Diversidade é trabalhado nas escolas, algumas até exageram negativamente nas suas performances, fantasiando no dia 20 de novembro, para a caminhada do Dia da Consciência Negra, as crianças de personagens como nêga maluca, Saci Pererê, crianças com correntes

nos seus pescoços, outras arrastando correntes nos pés para representar o período da escravidão.

Compreendemos a importância da aplicação desta Lei 10.639/03 para afirmação da identidade das crianças negras nas práticas escolares, mas que estas práticas permanecem sem planos de atuação, e cada escola insere este tema do jeito que considera significativo, para o olhar de pesquisadores e especialistas deste tema, muitos preconceitos foram incentivados por algumas escolas nas suas práticas por não saber e querer discutir sobre educação afro-brasileira.

As secretarias municipais e estaduais de educação mais as instituições privadas e não governamentais precisam ter acesso a estas discussões, o Estado brasileiro precisa ter um plano de formação para educadores/as a longo prazo e obrigatório. Também na formação de professores/as para alfabetização de crianças negras, pois temos os motivos segundo (SANTOS, 2010, p. 97) para:

[...] trazer a cultura das crianças de origem afro-descendente como conteúdo significativo no processo de alfabetização e defendê-las como sujeitos de direito, a manifestação étnica é tarefa desafiante, e em certa medida problemática, que se impõe para os educadores, das classes de alfabetização no contexto atual [...]

O racismo acontece, mesmo quando utilizamos ferramentas contra este. O Movimento Social Negro trabalha junto com algumas secretarias de educação para fazer formação com professores, gestores e comunidade, para que tenham consciência da gravidade do racismo na escola, como isso acontece e como a Lei 10.639/03 proporciona o enfrentamento contra esta forma de discriminação.

As discussões que devem ser estabelecidas sobre o Ensino da História e Cultura Africana e afro-brasileira, nas metodologias que fundamentam a formação de professores/as, devem pautar nos temas sobre: o que é racismo; gênero e raça, o/a negro/a afro brasileiro/a; origem do povo afro-brasileiro; princípios e valores; como se constituiu o continente africano; quem são considerados seus descendentes; preservação da cultura africana no Brasil; a representação das comunidades formadas por maioria de pessoas negras e como se vêm representados enquanto negros e o que a criança negra traz da sua cultura da sua história ao chegar à escola. Estas são algumas questões importantes à serem trabalhadas nas formações dos profissionais de educação e na comunidade escolar. Por isso os alfabetizadores que são os profissionais que recebem as crianças após a educação infantil devem em seu exercício segundo (SANTOS, 2010, p.97):

Reconhecer que a criança afro-descendente tem conhecimento rico oriundo da sua própria constituição cultural em seus aspectos étnicos raciais e que tem direito de expressar sua autenticidade nas classes de alfabetização e na escola de forma geral.

A metodologia institucional é elaborada a partir das Diretrizes Curriculares por cada estado e município, para fundamentar as práticas para o Ensino da cultura e história afro-brasileira e africana, tenho como exemplo, as Diretrizes Curriculares para inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e africana no sistema Municipal de ensino de Salvador, estes com pressupostos teóricos metodológicos e orientações didáticas para aplicação em sala de aula elaborada pela da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Salvador, pelo Centro de Estudos Afro Orientais e CEAFFRO, com base nos PCN's Pluralidade Cultural, na Lei 10.639/03 e no parecer CNE 2004, assim segundo (Diretrizes Curriculares para inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no sistema Municipal de ensino de Salvador, 2005, p.19):

As diretrizes aqui propostas contemplam os valores civilizatórios dos povos negros, apresentando como eixo central a identidade étnico racial . Para os alunos e alunas, e para muitos professores e professoras das escolas públicas, isto significa referências de visibilidade e valorização de suas origens, sua cultura, sua religiosidade, sua auto estima.

Ainda:

[...] essas diretrizes curriculares se ancoram em três princípios inter-relacionados e basilares da recriação do modo de vida africano pela população negra no Brasil: ancestralidade, identidade e resistência. (Diretrizes Curriculares, 2005, p.19)

Este é um documento importante na história da educação em Salvador, pois é: “a cidade com maior número de negros do País. Com 743,7mil pessoas” (<http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=5784518>). Este material institucional aborda todos os pontos necessários para aplicação do ensino voltado para descendentes de africanos, ainda para ser base na formação e professores. A contextualização histórica, sociológica e antropológica, que fundamenta o estar negro numa sociedade racista, que exclui de diversas maneiras e percebe-se através deste documento que há algo próprio, específico para estudantes negros, que deve ter visibilidade, discutido, descrito e inserido nas instituições de ensino. Tratar da vida e vivências de alunos negros/as não é tarefa fácil já que a imagem deste foi negada

por mais de 3 séculos na história da Educação do Brasil. O conceito de Identidade neste documento tem como:

forjada pela ancestralidade, é princípio organizador de todas as ações educativas, pois sem ela não existe raiz, referência de si e do outro, enquanto pertencimento, vínculo nas relações sociais a partir de uma singularidade que garante a diversidade cultural dos povos.((Diretrizes Curriculares,2005.p 20)

As Diretrizes Curriculares de Salvador estão divididas em áreas de conhecimento neste caso as disciplinas de Ciências, matemática, História, Língua Portuguesa Geografia e Artes, com a concepção sobre estas áreas, objetivos e os blocos de conteúdos considerando as especificidades da cultura e história africana e afro- brasileira.

Estamos a caminho de políticas que contemplem as nossas crianças negras para que se sintam pertencentes a todos os espaços que acharem de direito, livres sem preconceitos, afirmando-se com orgulho e sabedoria de serem negras, capazes, ricas de uma cultura que contribui para que o mundo tivesse novos olhares sobre a diversidade da vida.

2 MOVIMENTO SOCIAL NEGRO AFIRMANDO-SE E AFIRMANO AS NOSSAS CRIANÇAS

O Movimento Social Negro, principal fórum coletivo nas lutas para a efetivação das políticas públicas de Ações Afirmativas, mobilizou sociedade Civil e Estado para o avanço no discurso e práticas qualitativas para a educação de crianças negras. As produções científicas sobre a afirmação e negação da identidade das crianças negras, foram analisadas e debatidas em alguns espaços institucionais para fundamentar a obrigatoriedade da Lei 10.639/03.

Para falar sobre afirmação de da identidade de crianças negras, é necessário tratar dos estudos sobre crianças, sobre o entendimento sobre esta fase da vida humana que perpassa por aspectos diversos. Assim encontramos estudos sobre o tratamento com crianças no continente europeu, e a partir do século XVI até o século XIX teóricos deste tempo divergiam sobre a compreensão sobre as crianças e o desenvolvimento destas. São consideradas pelo meio social como seres passivos, imbecilizados, pecadores e não dotadas de experiências próprias, quando assim abrangem-se conceitos compreendendo-as como sujeitos que não são formados socialmente.

No Brasil século XIX, a situação diferente, segundo (OLIVEIRA, 2007, p. 91):

Até meados do século XIX o atendimento de crianças pequenas longe da mãe em instituições como creches ou parques infantis praticamente não existia no Brasil. No meio rural, onde residia a maior parte da população do país na época, famílias de fazendeiros assumiam o cuidado das inúmeras crianças órfãs ou abandonadas, geralmente frutos da exploração sexual da mulher negra e índia pelo senhor branco. Já na zona urbana, bebês abandonados pelas mães, por vezes filhos ilegítimos de moças pertencentes a famílias com prestígio social, eram recolhidas nas “ rodas de expostos” existentes em algumas cidades desde o início do século XVIII

Neste contexto, podemos considerar que o processo de escravização fez com que as diversas populações africanas perdem-se as suas famílias de origem afro-brasileira e assim as crianças negras passaram por um processo precoce para a fase adulta.

Antes do processo da escravização as crianças africanas participavam das atividades coletivas com as suas famílias, e assim aprendiam , brincavam segundo o que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação sobre o conceito de infância e identidade das crianças negras que estão sendo mapeados por pesquisadores, para compreendermos que tipo de educação é favorável para a permanência e vida destas no espaço escolar, para que possam ser visibilizados oficialmente nos currículos e práticas escolares.

Não posso deixar de ressaltar que às Diretrizes Curriculares teve forte colaboração de organizações do Movimento social negro e que o conteúdo existente neste é proposto pelos movimentos e organizado junto ao Estado, portanto todas as referências contidas nestas Diretrizes são formalizadas elaboradas a partir de conceitos que a sociedade civil traz sobre o que é ser negro e ser criança negra para estabelecer as práticas escolares direcionadas a este segmento populacional, o conceito de criança neste documento esta pautado na auto – estima, assim a: (Diretrizes Curriculares, 2005. p22):

A infância em algumas regiões da África era assim... As crianças se reuniam em torno dos mais velhos, principalmente dos contadores de histórias, e aguardavam que o “griô” – “aquele que transmite a fala dos ancestrais para novas gerações” - iniciasse o novo aprendizado, mantendo viva a tradição oral, como a grande escola da vida.

O conceito de infância relacionado às vivências ancestrais africanas, ainda como forma de resgate às práticas que aos poucos fogem do cotidiano das crianças negras, em roda ouvir histórias, cantar e fazer cantigas com os mais velhos ainda em roda brincar, estudar, contar anedotas.

Ainda:

No que tange à história e à cultura negra recriada no Brasil, o saber estar intrinsecamente ligado a uma simbologia que se apresenta em todos os âmbitos na vida de uma criança, de um jovem ou de um adulto. Esse tipo de conhecimento é passado naturalmente pela tradição oral, levando a criança ao caminho da memória da sua família, mãe, avó, bisavó, num movimento de positivar o passado de resistência e de luta dos povos negros, num caminho de construção de identidade individual de cada criança negra e coletiva do grupo de crianças negras que integram o cotidiano da Educação Infantil e do Ensino fundamental (Diretrizes Curriculares, 2005p. 23)

Não posso deixar de ressaltar que as Diretrizes Curriculares tiveram forte colaboração de organizações do Movimento social negro e que o conteúdo existente

neste é proposto pelos movimentos e organizado junto ao Estado, portanto todas as referências contidas nestas Diretrizes são formalizadas elaboradas a partir de conceitos que a sociedade civil traz sobre o que é ser negro e ser criança negra para estabelecer as práticas escolares direcionadas a este segmento populacional, o conceito de criança neste documento esta pautada na auto – estima, assim a: (Diretrizes Curriculares, 2005. p22):

A infância em algumas regiões da África era assim... As crianças se reuniam em torno dos mais velhos, principalmente dos contadores de histórias, e aguardavam que o “griô” – “aquele que transmite a fala dos ancestrais para novas gerações” - iniciasse o novo aprendizado, mantendo viva a tradição oral, como a grande escola da vida.

O conceito de infância relacionado às vivências ancestrais africanas, ainda como forma de resgate às práticas que aos poucos fogem do cotidiano das crianças negras, em roda ouvir histórias, cantar e fazer cantigas com os mais velhos ainda em roda brincar, estudar, contar anedotas.

Ainda:

No que tange à história e a cultura negra recriada no Brasil, o saber estar intrinsecamente ligado a uma simbologia que se apresenta em todos os âmbitos na vida de uma criança, de um jovem ou de um adulto. Esse tipo de conhecimento é passado naturalmente pela tradição oral, levando a criança ao caminho da memória da sua família, mãe, avó, bisavó, num movimento de positivar o passado de resistência e de luta dos povos negros, num caminho de construção de identidade individual de cada criança negra e coletiva do grupo de crianças negras que integram o cotidiano da Educação Infantil e do Ensino fundamental (Diretrizes Curriculares, 2005p. 23)

Estas diretrizes são documentos base para aplicação da Lei 10.639/03 em todas as escolas, é uma referência legal importante para a construção da cidadania, e pelas políticas de equidade. Ainda buscando referências teóricas sobre como as crianças negras afirmam as suas identidades nas práticas escolares, vejo que muitas referências denunciam as práticas racistas, e revelam como outros vêem e tratam as alunas/os negras/os, causando baixa estima sobre a sua identidade, ainda assim insisto em saber como as crianças negras se vêem nesta situação.

Sabemos que elas podem revelar a angústia sofrida e reagir na prática se colocando em situações que revela inferioridade, como por exemplo, nas práticas escolares os/as professores/as escolherem as personagens que aterrorizam e que suas imagens são negativas nas atividades artísticas para a representação da

criança, ou não esperarem ter uma relação afetuosa com seus professores, geralmente estes são acusados de culpa pelos seus comportamentos até sendo acusados de sentirem-se incapazes, e que eles mesmos auto- discriminam

As mobilizações do Movimento Social Negro possibilitou a implementação de políticas para a inserção de negros na escola, assim os documentos analisados neste trabalho como as Diretrizes Curriculares para a Inclusão da História e Cultura Africana e Afro- brasileira no Sistema Municipal de Ensino de Salvador, na sua elaboração teve a participação do “Fórum Parceiro do SMEC com” constituído de 133 organizações da sociedade civil, o documento revela que quase todas estas organizações são do Movimento Social Negro: Além do CEAO / CEAFFRO, que também fazem parte da categoria Arte Educação e Pluralidade Cultural: Escola criativa Olodum, Instituto educativo e cultural Araketu, Associação Cultural e Carnavalesca Male de Balê, Associação Cultural Bloco Afro Ilê Aiyê, Dida Escola de Música, Omi Dudu Artes, Associação de Artes do Circo Picolino, Associação Pracatum, Ação Social, Universidade do Estado da Bahia Oiá Deji, Ilê Axé Oxumarê, Escola de Educação Percussiva Integral (EEPI) Okambi, Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB) e Empresa de Turismo de Salvador (EMTURSA) (Diretrizes Curriculares, 2004, p.11)

Estas parcerias institucionais proporcionou que o documento tivesse singularidades das identidades africanas e afro –brasileira nos seus conteúdos para efetivar um currículo que fala a linguagem de crianças negras.

O Movimento Social Negro com atuações de indivíduos, instituições e grupos organizados atuam em campos considerados expressivos, legais produzem materiais diversos para a efetivação da Lei 10.639 e para afirmação da identidade de crianças negras na escola. As teorias sobre o que é ser criança negra estão geralmente relacionadas às políticas públicas, a educação, saúde, habitação. Mas estudos conceituais, sobre a cultura, cidadania, religião, estética e história da criança negra ainda é pouco abordado.

Desde 1970 que os movimentos sociais estão apontando necessidades para aplicação de políticas voltadas a comunidade negra. Sabemos que a criança negra faz parte de um determinado grupo étnico que chamamos de afro-descendente, descendentes de africanos. As denúncias de racismo acontecem desde o rapto de

negros africanos ao Brasil para serem escravizados no processo de colonização até a negligência do Estado em considerar como cidadãos que merecem o tratamento diferenciado com equidade para que possam alcançar a igualdade de acessos e direitos.

Nas políticas de educação não é diferente já que todas as organizações: Associações Comunitárias, ONGs, Movimento de Mulheres, Movimento de Juventude, Movimento Hip Hop, Movimentos de Religiões de Matrizes Africanas, organizações de pesquisas científicas, Comunicação e Mídia e outras, pautam políticas para acesso e permanência das pessoas negras na no sistema de educação.

Nós, enquanto pessoas negras sempre lutamos pela liberdade neste país, desde quando fomos seqüestrados da África e falar de Zumbi dos Palmares em qualquer lugar é falar daquele que lutou por vida aqui neste espaço, após ser retirado violentamente do continente africano, falar sobre Zumbi nas escolas é dizer que *“nós sempre estivemos por nossa própria conta”* (frase utilizada nos discursos do militante negro Steve Bantu Biko) que nenhuma princesa nos libertou, e que nós brigamos com o Estado brasileiro para continuarmos vivendo.

É necessário abordar a história da luta movimento negro na educação, pois nos unimos para estar nas instituições como forma de socialização. Neste contexto a educação também é instrumento de luta para o acesso a nossa história para compreender como os não brancos nos descrevem, para intervir contrariamente ao que já foi estudado e imposto como o melhor para toda a sociedade, que é manter as crianças negras fora da escola. Pois de acordo com registros históricos, descritos a cima na página 20 deste trabalho, o Decreto nº 1.331 de 17 de fevereiro e 1854 e o decreto e o Decreto nº 7.031- A, de 6 de setembro de 1878 , as crianças e adultos negros/as foram impedidos de estar na escola desde a chegada aqui até a República.

A autora do artigo: Repercussões do discurso pedagógico sobre relações raciais nos PCN's "Elisabeth Fernandes de Souza" publicado no livro: "Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola", organizado por Eliane Cavalleiro, em 2001, faz análise sobre artigos publicados com o tema o negro e a educação nas décadas de 1980 e 1990, neste a autora revela que:

O primeiro artigo publicado pelos Cadernos de Pesquisa sobre questão a racial e educação é datado de 1979. Mais do que um relatório de pesquisa, ou um artigo subsidiado por dados e números

o que se observa é um desabafo de militantes negros. Intitulado a criança (negra) e a educação [...] escrito por Maria do Carmo Luiz, Maria Nazaré Salvador e Henrique Cunha Junior. (CAVALLEIRO, p.43)

Os/as Militantes do Movimento Social Negro, atuam politicamente com diversas intervenções, sendo que os manifestos e as produções teóricas na luta pela educação de crianças negras são as mais pautadas. Ao mesmo tempo em que, publicam novas propostas de ensino, e novas formas de manifestações, e enfrentamento ao racismo institucional para efetivar as propostas legais de combate ao racismo na escola.

O conceito sobre o que é ser criança esta descrito pelos/as ativistas do movimento social negro desde as primeiras décadas de luta. Neste texto publicado sobre criança negra e educação, revela o conceito de criança negra:

No Brasil, ser humano significa sempre ser branco; ser índio, negro ou caboclo requer menção, mesmo em regiões onde estes grupos são majoritários. O padrão homem branco é sempre o mais forte. Portanto, quando se fala do negro sempre se explicita, sempre aparece o critério de diferenciação.

Agora, para nós, como negros não existe a necessidade de explicitar o traço. Quando nos referimos à criança, neste trabalho, fica subentendido criança negra; quando não for, então estará explícito criança branca, cabocla ou índia.(LUIZ, SALVADOR, JUNIOR, 1979,p.69) Extraído em 22/11/1 (<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n31/n31a09.pdf>)

Logo no inicio do texto revela-se sobre a indignação de tratar o termo criança como universal, logo não se tratando de criança negra, pois quando a sociedade refere-se a criança da cor/raça negra, destaca-se a 'criança negra'. Os autores revelam a preocupação que tem com as crianças negras diante das práticas racistas nas escolas ao manifestar que” estamos preocupados com a educação das nossas crianças, como forma de militância e de combate a mitológica democracia racial brasileira “(SALVADOR,JÚNIOR, LUIZ. 1979, p. 70) e revela que mesmo muitos trabalhos sendo desenvolvidos poucos se preocupam com a criança em si , e o texto decorre com a denúncia da branquicidade em que as crianças negras são incentivadas pela sociedade a desejar-se branca, detalha-se as diversas formas de discriminação que as crianças negras sofrem, e descrevem uma proposta de valorização da identidade do ser negro com a dê-costrução e construção de identidade: (SALVADOR,JÚNIOR, LUIZ. 1979, p. 72)

O reencontro de si implica enfrentar a sociedade branca no seu todo. Mas parece que o caminho da liberdade esta numa dupla negação: primeiro, nega as identificações propostas pela sociedade; depois, negar a si próprio

para voltar, através de um exercício crítico e penoso, à criação de si e da sociedade a sua volta. Possivelmente estas afirmações parecem utópicas, pois levariam a criar o negro ideal para posteriormente chegar a homem. Extraído em: 02/12/2011 <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n31/n31a09.pdf>)

Ainda propõe,

[...] As primeiras coisas a que nós nos prendemos neste processo combativo de identificação é a volta África, às origens africanas. Esta volta consiste numa tentativa de retomada histórica de reencontro com os seres do passado, com homens antes serem transformados em coisas pela a escravidão e pelo colonialismo. A partir disso, vamos contar uma história verdadeira e voltar a nos repensar como negros. Extraído:(02/12/2011) <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n31/n31a09.pdf>)

Segundo, SOUZA (2001), parece ser o nosso primeiro artigo tratando de criança negra e educação, onde revela a urgência de mudar as posturas racistas contra crianças negras na sociedade como todo, e a emergência que a população negra tem de lutar contra a discriminação re-significando a sua existência.

Exatamente 32 anos após a publicação deste artigo estamos avaliando como as crianças negras revelam-se, diante do Ensino da História da África e dos afro brasileiros, podemos dizer que estamos re-significando a nossa existência com auto-estima. Também militantes do Movimento Social Negro que estiveram ligados diretamente ao Governo como o ex-deputado, secretário estadual e senador, Abdias do Nascimento, lutou pelas políticas públicas de educação para a população negra:

[...] PLNº 1332, de 1983, que contava com contudo abrangente com característica de Estatuto [...] O projeto instituía ações compensatórias no Estado e em instituições privadas, entre outras várias medidas de promoção e valorização do negro, como a representação da família negra em livros didáticos, o Ensino de História da África, assim como a introdução do ioruba ou swahili no currículo do ensino fundamental [...] (Jornal Irohín, 2005-2006,p. 24)

As publicações de militantes em prol da afirmação de identidade das crianças negras, evidenciam denúncias e propostas de mudanças, esta sendo desafiadas diretamente ao Estado. As manifestações dos blocos afros através da música e da arte tiveram importância significativa para que esta afirmação fosse uma causa, não só das pessoas negras, mas de todos aqueles que acreditam nas injustiças cometidas pelo Estado brasileiro contra as pessoas negras.

2.1 Eu, criança negra afirmo a minha identidade fora da escola

Ao tratar dos Blocos Afros, como organizações artísticas e culturais do Movimento Negro, remeto-me a minha infância, cito aqui os blocos que fizeram parte do período em que eu freqüentava a educação infantil ao ensino fundamental. Eu comecei a freqüentar a escola aos 4 anos de idade, era o jardim escolar, a maioria das minhas coleguinhas eram brancas, mas eu convivía com elas e tinha todas as referências africanas em casa.

A minha família foi a principal referência de movimento negro e a principal referência de educação afro-brasileira, apesar de não conversarmos muito sobre isso.

Meu pai era compositor do Bloco afro Ilê Aiyê, minha Mãe freqüentava a Religião de Matriz Africana, e na casa dos meus avós paternos todos ouviam reggae. Lembro que uma vez houve uma discussão na casa dos meus avós, com tios e tias, pois meu tio mais novo, deixou os cabelos *dreads*, e a nossa família dizia que ele e não iria arrumar emprego com o cabelo daquele jeito, ele falava aos gritos: “eu sou negro , meu cabelo é *rasta* e não vou cortar por causa dos brancos, não vai fazer diferença se eu cortar , eles sempre vão arrumar um jeito de me discriminar” Sempre tinha esta discussão na casa da minha avó por causa do cabelo do meu tio.

Na minha casa tínhamos todos os discos do Grupo de Samba reggae Olodum, minha mãe ouvia todos os dias também as músicas do Bloco afro Ilê Aiyê, Meu Pai compunha e cantava para nós, e perguntava se a música estava boa para gravar, queria ter a nossa aprovação, sempre nos perguntava se gostávamos das suas músicas e a gente dizia: “Meu Pai cante aquela que fala do rio, cante aquela que veio da África”. E ele cantava: “Vim no balanço do vento, vou no balanço dizer dentro do cotidiano do Bloco africano que é o Ilê Aiyê...”

Enquanto eu freqüentava o ensino fundamental I em 1985 e aprendia na escola que ser negra era feio, pois os meninos cantavam para mim “negra preta do bozó toma banho e não lava o pó” em casa meu Pai se prepara para em 1986 participar do grande concurso de melhor música do Carnaval do Bloco Afro Ilê Aiyê. Saímos no carnaval deste bloco afro quase os todos os anos, dentro ou fora da

corda. Meu pai fazia música para tudo, fez uma letra para minha mãe quando estava grávida de mim enquanto me esperava e esperava o Bloco Afro Ilê Aiyê em 1978, nome da música é: “Aquela Moça”: “Aquela moça, que esta na praça, esta esperando o bloco da raça e quem é ele eu vou dizer, é o bloco negro ele é o Ilê Ayê...”

Trago estas lembranças de infância para dizer que muitas crianças negras são valorizadas pelas suas famílias, mas a educação escolar não repara aquele sujeito pertencente a uma família de negros/as e de uma comunidade negra que conserva seus valores ancestrais, e não reparando desrespeita e permite desrespeito às nossas raízes, desvalorizando aquilo que é muito importante para nós.

Em 1986 , quando eu tinha 8 anos já na segunda série, meu Pai, Nilton Fernandes da Silva, enfim ganhou o concurso de melhor compositor de música do Carnaval de Salvador do Bloco Afro Ilê Aiyê do carnaval de 1986. Estávamos em festa, e todos cantavam aquela música:

Ilê se eu não gostasse de você

*Ilê se eu não gostasse de você
Como poderia ser
Não haveria carnaval pra mim
Ilê sem você na avenida
Não haveria mais razão a vida
Eu preferia até morrer
Ser Ilê
É ser nome é ser glória
É linda a sua história
Na avenida dos carnavais
E a voz o povo é quem diz
Que ser Ilê
É ser feliz
Ilê Aiyê*

Esta música representou para mim e a minha família, pertencimento, ancestralidade, alegria, e melhor, todas as vezes que a Minha mãe pegava o disco para colocar na vitrola eu pegava capa e contracapa para ver as imagens das mulheres africanas com seus turbantes nas cabeças e dos homens africanos, procurava meu Pai, via o nome dele, mas não via ele por que como minha Mãe

dizia: “ele era só compositor, não era cantor” e eu sempre discutia com minha mãe sobre isso. E todas as vezes era a mesma ladainha: “Mainha, por que meu Pai não tá aqui?” e minha Mãe respondia:” por que seu Pai é compositor.

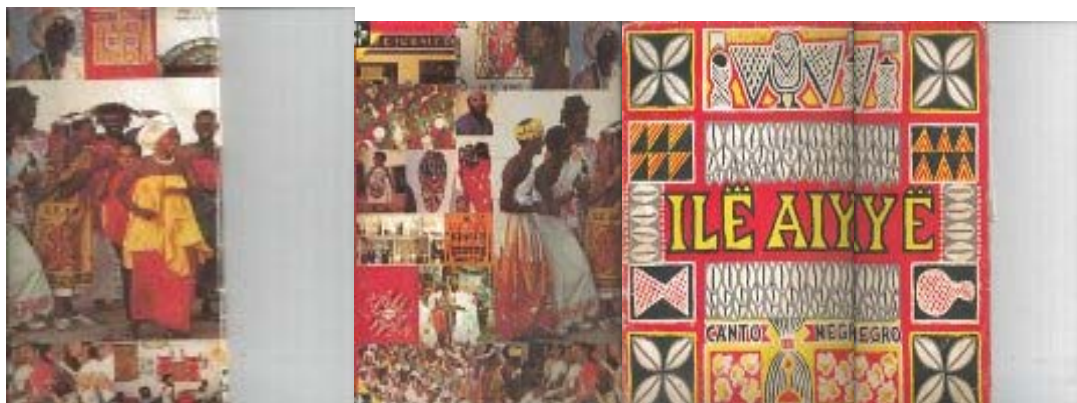


Figura 1- Capa e contra capa do disco do Bloco Afro Ilê Aiyê-1986 (imagem escaneada, por Heloisa Ferreira da Silva)

O som da música de mulheres negras cantando com a voz de um homem que eu teimava que era meu Pai, as fotos do Meu Pai com seus amigos levantando o troféu ao alto, minha Mãe com orgulho, mostrando as fotos aos que chegavam lá em casa para parabenizá-lo. E as lembranças que tenho da minha infância com minha família é esta, meu Pai escrevendo sempre sobre o ser negro de uma África bonita de nós africanos.

2.2 As Mulheres negras militantes, e as crianças

Esta dissertação monográfica, esta contextualizado, em sua maioria, nas referencias teóricas de mulheres intelectuais negras e militantes. Tratar da identidade de crianças negras nas práticas escolares condiz às pesquisas já efetivadas por estas mulheres. Todo o texto traz reflexões, manifestos e saberes destas mulheres que falam de dentro da convivência social, cultural e políticas com as crianças negras, a maioria das autoras aqui citadas falam enquanto professoras, militantes, mães, filhas, e enquanto mulheres negras que sentem o racismo na pele junto com as crianças.

Neste sub-capítulo, cito as autoras, Ana Célia Silva (2004) que faz uma análise sobre a discriminação racial a partir do livro didático; Nilma Lino Gomes

(1994) que trata da construção da identidade de professoras negras a partir da trajetória escolar e com isso aborda relações das professoras com as crianças negras; Eliane Cavalleiro (2000) que trabalha com as dificuldades que as crianças têm para identificar-se enquanto negras a partir do silêncio imposto para estas, desde a família à escola e Vanda Machado (2002) que trata das crianças negras de um Espaço de Religião de Matriz Africana numa escola institucionalizada dentro deste espaço onde a cultura negra é fundamento e metodologia de ensino e vivências; Flávia Damião (2007) vai tratar do conceito de infância relatando as suas experiências de pesquisas onde o campo é a rua; Marta Alencar (2008) trata das políticas para educação de crianças negras na primeira infância.

Citá-las condiz da minha parte enquanto estudante, iniciando a carreira científica, de dar seguimento ao processo histórico que estas mulheres lideram para exigir direitos a população negra ao Estado brasileiro. Cada com o seu jeito, com a sua pesquisa, por um só objetivo: tratar das crianças negras crianças, compreendê-las, inseri-las, e trazê-las como sujeitos que protagonizam também saberes ancestrais.

Reunindo, as principais referências teóricas desta pesquisa para falar de crianças negras e as suas relações nas instituições de ensino e afirmação das suas identidades, com intuito de fazer uma discussão sobre o afirmar-se e o negar-se enquanto crianças negras no processo cotidiano que estas crianças passam nos espaços de aprendizagem.

Certamente temos um campo de estudo que possibilita compreender o processo de sobrevivência destas crianças, de como elas reagem ao racismo, de como se vêem, quando e como se defendem, de quais linguagens utilizam para continuar vivendo as suas histórias considerando as diversas linguagens significativas desta fase de vida humana, como a corporeidade, as brincadeiras, as artes, a música. O que é ser criança negra com todas as suas singularidades, vivendo dois mundos diferentes: o da família e comunidade e o da escola? como constroem e afirmam as suas identidades?

A autora, Ana Célia Silva é citada quando, em suas pesquisas, identifica o racismo, a discriminação e o preconceito nos livros didáticos. Ao considerar a

importância dos recursos didáticos para afirmação da identidade de crianças negras, a obra: “A Discriminação do Negro no Livro Didático” é um valioso instrumento de estudo, que antes da aplicação da Lei 10.639/03 em sua primeira edição (1995) analisa ali 82 livros de Comunicação e Expressão do Ensino fundamental já denuncia expressões da discriminação e torna evidente o processo de inferiorização da identidade de crianças negras, a partir de representações negativas no livro didático, e ao descrever as conseqüências destas representações para a baixa auto-estima das crianças negras, a autora afirma que: “A visibilidade real de ser maioria e a invisibilidade ideal projetada nos livros, nos outros materiais pedagógicos, instituições e meios de comunicação de massa, desenvolvem um conflito de identidade e de existência entre os negros” (SILVA, 2004, p 68-69)

Ainda (SILVA, 2004):

Consideramos importante atuação dos militantes de entidades negras e pesquisadores junto as professores principalmente nas séries iniciais, no sentido de ensinar uma reflexão crítica sobre o livro didático e pará - didático

Esta chama o Movimento Negro para ‘colar junto’ e investigar o que as instituições de ensino estão fazendo com as crianças negras. O que encontro do Movimento Social Negro para afirmação de identidade de crianças negras, esta identificado por tendências ao trabalho científico com o tema, são denúncias de racismo nas instituições de ensino, e exigências ao Estado para incluir as pessoas negras na escola.

Assim, analisando o processo de construção e desconstrução de identidade das crianças negras a partir das análises sobre do livro didático (SILVA, 2004) com fundamento na critica a teoria do embranquecimento, tratará da inferiorização da identidade da criança negra afirmando que:

[“...] desenvolve-se toda uma ideologia justificadora de opressão e inferiorização, objetivando a destruição da identidade, da auto-estima e do reconhecimento dos valores e potencialidades do oprimido, com os fins de subordinação” (SILVA, 2004, p.31).

A autora traz o processo de negação da identidade de negros e negras, já que a mesma afirma não existir o respeito às diferenças por que outro é explorado.

Outro material importante para o desenvolvimento desta pesquisa é o livro: “Do silêncio do lar ao silêncio escolar”, de Eliane Cavalleiro, é um trabalho que relata as várias faces do racismo institucional, de como este é perverso, e atinge alunos/as negros/as, nas instituições de ensino, e como a família reage ou se silencia diante destas práticas, portanto, para (CAVALLEIRO, 2000, p.19) as conseqüências para as crianças negras:

Numa sociedade como a nossa, na qual predomina uma visão negativamente preconceituosa, historicamente construída, a respeito do negro e, em contrapartida, a identificação positiva do branco, a identidade estrutura durante o processo de socialização terá por base a precariedade de modelos satisfatórios e a abundância de estereótipos negativos sobre o negro.

As crianças fora da escola estão em outros ambientes, aprendendo também, nesses espaços. Encontro nas teorizações de Vanda Machado e Flávia Damião a rua e o Terreiro de Candomblé para falar de crianças negras.

A obra: “Ilê Axé: Vivências e invenção Pedagógica As crianças do Opô Afonjá”. Realizado numa escola municipal espaço de religião de Matriz Africana em que as crianças são participantes ou filhos de santo do terreiro. “A formação de identidade é relacionada coma cultura a que existe nesta religião de raízes ancestrais o universo simbólico destas crianças está intimamente relacionado com a sua existência” (MACHADO, 2002, p 43)

As crianças negras são historicamente incentivadas a não assumirem as suas identidades, e estas referências teóricas descrevem como isso acontece antes e depois da aplicação da Lei10. 639/03. Estas bibliografias são importantes para análise de fatos sobre o racismo, pois as autoras estiveram voltadas para o campo e sintetizaram objetivamente como o processo de não pertencimento ou de rejeição da identidade negra acontece na sociedade, através da instituição escolar, para fundamentar o quanto estas crianças resistem para afirma-se como negras.

Os estudos sobre o conceito de infância e identidade das crianças negras estão sendo mapeados por pesquisadores, para compreendermos que tipo de educação é favorável para a permanência e vida destas no espaço escolar, para que possam ser visibilizados oficialmente nos currículos e práticas escolares.

O processo de desconstrução da identidade dos negros africanos é denunciado constantemente pelas autoras pesquisadas, estas denunciam legitimam o quanto a aplicação da Lei 10.639 /03 é importante e de extrema necessidade nas escolas, esta legitima o quanto as crianças negras lutam para compreender este novo processo de identificação e afirmarem-se, pois é algo novo para elas, na escola as/os professores/as falarem a cultura e história dos negros africanos em espaços de poder, busquei referências em que as autoras construíram suas teses a partir do campo de pesquisa, pois consideram a presença no campo da pesquisa como instrumento empírico nesta linha de trabalho.

Assim GOMES (1994) identifica atos de discriminação racial e descrevem algumas falas ao entrevistar professoras numa determinada escola, analisa que:

Todas as professoras entrevistadas consideram o trabalho com a questão racial na escola, porém [...] que deve ser feito com muito cuidado, pois falar sobre diferença pode contribuir para discriminar ainda mais [...] Outras observaram que ao fato de serem negras e considerarem importante a discussão sobre a questão racial, lhes permite adotar uma prática de estímulo e incentivo à criança negra no sentido de desenvolver- lhe uma auto estima positiva aluno muito importante GOMES (1994 p 213)

Ao abordar o trabalho com a questão racial na escola e em sala de aula, GOMES (1994) descreve dizeres de professores e alunos /as quando pertencerem-se a raça negra, percebo que neste trabalho as crianças percebem quando são discriminadas, reclamam , choram, chamam a atenção de seus pais e dos professores, percebem que existe algo errado com tratamento que os colegas lhe dão, sabem que não são inferiores, mesmo quando os pais e professores aconselham que não devem dar importância aos maus tratos.

Estas crianças expressam a sua indignação, trazendo uma lógica de que se elas reclamam contra o ato racista, mesmo sem a ajuda dos pais, elas sabem que acontecem as ofensas que abala as suas identidades, e abalam o estar físico e social na escola, em alguns relatos registrados pela a autora podemos ver isso.

Ao colher um relato de uma professora negra, que tem uma preocupação com a formação da identidade da criança negra, e o que chama mais a minha atenção são as reações das crianças. As comemorações das datas 13 de maio da Abolição da Escravatura, 22 de agosto – Dia do Folclore eram mais enfatizadas

para a discussão racial, na data 20 de novembro – Dia da Consciência Negra, que poucas professoras trabalhavam, esta professora em específico valoriza:

A. data 13 de maio, às vezes eu falava com os alunos, mas não intensificava muito não... o que mais eu procurava falar com os alunos mesmo é o dia 20 de novembro, né? Dia da Consciência Negra [...] Olha, vocês aqui na sala, vocês podem notar... têm muitos meninos brancos, tem muitos meninos mulatos [...] Será que vocês acham que o sangue de vocês é puro? [...] às vezes tinha um que: - O professora! ... eu não... não (pausa) na minha família eu não vejo uma pessoa negra. "Outras falavam assim: - Tem sim. A minha tia... lá do meu Pai né? Ela é mais escurinha." Eles falam mesmo! [...] (GOMES, 1994, p.216).

No relato, esta professora, chama atenção para uma atividade e para uma aluna que esta professora considera como morena, nesta atividade de ciências a professora entrega fichas para os alunos/as, e dentre todas as questões tem uma que pede que os/as alunos/as digam a sua cor, e GOMES (1994) continua o relato desta professora que diz:

Agora o que mais me chamou atenção aqui foi uma aluna, a Bárbara, [...] morena, bonita mesmo [...] Uma... um aluno...é ... né... negro, ele na hora de falar... sobre a raça, ele colocou assim, sobre a sua cor da pele... ele falou: - "Eu sou moreno escuro". (pausa) E ele... e ... uma outra menina preta ... negra, falou assim : - "Eu ... eu... so... sou morena." Quando essa menina foi ler, ela virou e falou assim ... a Bárbara leu e falou assim: - "Eu sou da raça negra." E a Bárbara era... tipo índia sabe? Só que era mais morena clara. Quando ela falou isso os... os dois coleguinhas assustaram, sabe? E eu fiquei observando aquilo, né? Aí eu virei pra esta menina e falei assim... (pausa) - "Você viu o que ela falou?" Aí ela falou assim: "O professora! Mas a minha mãe é que mandou colocar que eu sou morena." Eu falei assim: - Mas você sente que é morena? "Sabe? Uma negra né? Eu virei a ela... falou assim: Não! Eu sou negra, professora. Mas a senhora sabe, em casa..." né? Quer dizer... as próprias mães... né? E eu sempre friso com os alunos... que eu sou negra, sou da raça negra. "(M.M.S., 49 anos, professora negra)

Outro relato em que uma outra menina se manifesta agora reconhecendo a discriminação pôr parte do colega do irmão dela, e a professora desprezando a situação diz:

[...] Teve uma briga sabe? entre o irmão dela e um outro menino lá e outro menino chamou a menina de "sua preta", "negra" e ela era realmente uma negra. Aí ela veio chorando de lá com o irmão dela na mão falando que o menino tinha brigado com o irmão dela e tudo. Eu falei assim: - "Não esquenta a cabeça não... – Mas ele me chamou de preta! - Mas você é branca por acaso? Você é preta [...] é por isso é que tem racismo neste mundo! Por que os próprios pretos têm vergonha do que são! [...]"

A autora registra a fala de uma professora ao relatar uma situação na escola com a irmã de um aluno da escola, e o pior é a reação da professora que não

reconhece como a ofensa do menino ao chamar a menina de “sua preta”. Mas o que chama a atenção é o fato da criança perceber esta agressão em 1994, não sendo aluna da escola, possivelmente magoada, por chorar e não se defender.

Outros relatos tão significantes quanto este são mencionados no trabalho, em que a professora, ao falar dos sentimentos dos/as alunos/as sobre a temática: 13 maio, Dia da Abolição da Escravatura relata que: “alunos negros que se sentem retraídos, como se fosse alguma coisa ruim” de outros colegas dizerem” Aí ó você é meu escravo.” e várias reações dos alunos negros e branco. (GOMES, 1994, p.222)

Algumas professoras valorizam as falas dos alunos/as como forma de reconhecimento ao que eles falam: “Deixo que eles falem para ver por que dá para captar mais ou menos o pensamento, o que cada um pensa sobre raça negra, né?” (GOMES, 1994.p. 225)

Ouvir o outro e interpretar o que é dito, esta é uma das ferramentas principais para a auto- identificação de si e de seu grupo. Nilma Lino Gomes trabalha com a identidade das professoras negras, escuta as professoras e as crianças. A criança é um ser social, mesmo que os pais e mães não assumam a negritude destas, elas revelam o que sentem, pois estão no mundo percebendo todas as manifestações ao seu redor, e existem discussões na família na rua e na escola sobre o que é ser negro.

Trabalhos como o de (GOMES, 1994) são importantes para compreendermos o que acontece em 1994, acontece ainda hoje em muitas escolas mesmo com a Lei. 10.639/03 e um dos motivos é a falta de preparo dos/das professores/as para lidar com estas situações, assim GOMES (1994, p.225) cita que :

A adoção de práticas alternativas no trabalho com as relações raciais na escola passa, necessariamente, pela formação do professor. Enquanto esta continuar decadente, teremos como resultado profissional bem intencionado, mas cometendo muito equívocos

(DAMIÃO, 2007) foi para rua, e registrou vivências das crianças do Arraial do Retiro (campo explorada pela autora) são muito parecidas com as vivências que vejo nas comunidades populares, como o Engenho Velho de Brotas, elas vão às quitandas comprar coisas, doces e geladinho, brincam de escorregar nas ladeiras

com pedaços de tábuas, brincam nas portas das casas, suas ou da vizinhança, e estão sempre correndo e circulando pela comunidade. (DAMIÃO, 2007), trago com esta referência algo que é importante para embasar pesquisas com crianças negras: a formação cultural comunitária, com as suas vivências destas crianças desde a primeira infância.

Ainda (DAMIÃO, 2007) relata o dia a dia das crianças numa determinada comunidade:

Assim é que o espaço público das ruas do Arraial do Retiro foi visto como um local no qual as crianças – nas relações entre si, e com os demais moradores do lugar – produzem e atualizam uma rede de processos educativos. Esta rede se faz presente quando, por exemplo, as crianças ensinam sobre cavalos e sobre a fruta Jamelão quando compartilham da alegria da festa do Dia das Crianças ou quando vão à seresta no bar do César; quando acessam a dimensão dos vínculos afetivos sendo carinhosos com tia, avó e até mesmo comigo; quando exercitam o cuidado de irmãos e primos menores; quando solidariamente repartem guloseimas, brinquedos, preocupações e problemas entre si; quando acessam a dinâmica da inclusão ao convidar para integrar o grupo uma criança com a qual se tinha terminado de brigar. Enfim, as crianças são produtoras de conhecimento e não simplesmente “objetos” de pesquisa. Como venho mostrando, a relação é dinâmica e de mão-dupla. (DAMIÃO, 2007, p.115)

Faço do conceito de criança aqui, abordagens voltadas na valorização do ser que nesta fase faz do presente, experiências, considerando o presente, ato e forma de expressão. O objetivo é de conceituar criança neste trabalho como sujeitos que expressam o que querem o que são, e como se sentem como crianças negras, as autoras que pesquisadas falam diretamente sobre o que é infância de acordo com as experiências destas crianças, e dos lugares que vivem, e logo temos noção da cultura, história do estar destas, assim Flávia Damião trata do conceito de infância, numa determinada comunidade, convivendo no dia a dia destas, e pesquisar sobre as identidades das crianças exige a convivência com elas, isto é necessário para qualquer abordagem científica. Para compreender o que dizem, e no tempo deles/as, investigar as crianças e as suas vivências na comunidade e nas ruas. (DAMIÃO, 2007, p 20):

A dinâmica das crianças afro descendentes no seu espaço-rua, no seu espaço-bairro, no seu espaço-mundo. O útero do mundo (dessas crianças) é o Arraial do Retiro. É o **espaço** onde tudo acontece. É o **território** que produz os sentidos. É o ventre que prepara a criança para o nascimento. É o contexto que permite a compreensão das ações das crianças.

Sabemos que antes de chegar à escola a criança tem as suas vivências com a família, na comunidade na rua, e que estes conhecimentos estão com elas o tempo todo, pois estas são formadas pelas suas histórias, cultura de acordo com o meio. E acredito que não só no Arraial do Retiro onde a autora faz a sua pesquisa em qualquer ambiente onde nascem principalmente nos bairros populares como na comunidade em que a escola onde faço a pesquisa, estas estão, “como protagonistas, que cotidianamente participam da dinâmica afetiva, lúdica, étnica, social, cultural, histórica e de gênero do bairro. Logo, como seres capazes de falar de si e de sua vida” DAMIÃO (2007, p.110).

2.3 Correndo pelos caminhos abertos da infância negra

Os estudos sobre o conceito de infância e identidade das crianças negras estão sendo mapeados por pesquisadores, para compreendermos que tipo de educação é favorável para a permanência e vida destas crianças no espaço escolar, para que possam ser visibilizados oficialmente nos currículos e práticas escolares.

O conceito sobre crianças negras acontecem a partir de referências culturais, sociais, religiosas, estética, histórica e principalmente considerando as particularidades das crianças quilombolas, adeptas das Religiões de Matriz Africana, e dos lugares onde vivem, e trazendo para o mais específico: as brincadeiras, as músicas, histórias que gostam de ouvir, o jeito de viver, o significado do que é ter tranqüilidade nos seus espaços, sentadas no *apotí*, na esteira, na cadeirinha, na rede, embaixo de uma árvore. O que importa é o que elas gostam de ser e fazer de acordo também com sua ancestralidade, trazidos pelos avós, bisavós, tataravós, memória e infância podem andar juntos sim. Estas concepções sobre as crianças negras ditas pelos adultos e reproduzidas entre elas, passam a fazer parte das suas vivências.

Levam consigo até 4º ano de escolarização quando estão com 9 a 11 anos, alguns comportamentos da primeira infância, já que no Estatuto da Criança e do Adolescente considera criança até 12 anos, não estando num mundo machista e repressor. Quantos critérios existem para ser criança?

Para fundamentar este trabalho no sentido de afirmar a necessidade de visibilizar crianças negras utilizamos as produções de autoras que vão tratar da infância e da criança, com intuito de falar sobre estas a partir da infância para que neste trabalho possamos compreender qual processo ocorre para que estas crianças possam ser identificadas pelo Estado brasileiro, pelo Movimento Social e por si mesmas como pessoas que fazem parte do ambiente social institucional e com direitos que devem ser garantidos, assim identificam-se e marcam conceitos legítimos que acontecem desde a prática de pesquisas de campo às diversas dimensões teóricas para conceituar infância, criança, e criança negra. Dialogar com o estado destas na escola, na rua, com a comunidade e com a família, um campo abrangente, amplo e específico, considerando as especificidades de vivências destas e a suas relações com o mundo.

Ainda em (DAMIÃO, 2007) encontro intimidades talvez jamais reveladas dentro de um cotidiano, num presente que percebo que nem a escola tem noção destes. Também, na minha infância criava as minhas brincadeiras, ouvia as músicas samba reggae com meus pais e escrevia as minhas poesias em casa, ao chegar à escola um outro aprendizado sem nenhuma relação com o que vivia na em casa e na rua.

Assim (DAMIÃO, 2007, p. 20) descreve isso com a beleza de ser:

Perambulando por ladeiras, becos, vielas, escadarias; subindo em lajes; entrando em casas; conversando em bares, em vendas; sentando no meio fio da rua; assistindo a jogos de futebol; fotografando o ir e vir; contemplando a pedreira, a lagoa; indo à igreja; jogando búzios no terreiro; correndo para ver cavalos; comprando abacates e geladinhos, encontrando com Dona Maria, Seu Antônio, Dona Francisca, Seu Mário, com Patrícia, Carmélia, Stefane, George, Ana Lúcia, entre outros, fui reinventando a história do meu, do nosso bairro, a história da minha infância, a história de mulheres e homens, a história de outras infâncias.

As propostas para as políticas públicas de educação para crianças negras devem ser com esta “cara negra” de viver dentro e fora das escolas. Os métodos universais continuaram fazendo com que as crianças negras sejam a maioria de repetentes, que invadem ou são expulsos das instituições de ensino, ao tratar da educação para (ALENCAR, 2008, p.128):

[...] Esta criança, embora mencionada como sujeito histórico e social, ainda é, nos outros aspectos, a criança “universal”...] a universalização dos conceitos de criança e infância parte de uma lógica hegemônica que tem como modelo a branquitude.

Os caminhos percorridos com a efetivação da Lei. 10.639/03 devem continuar, nas escolas, e deve ser incentivado pelo Estado e sociedade civil pois para (CAVALLEIRO,2000,p.19)

Numa sociedade como a nossa, na qual predomina uma visão negativa preconceituosa, historicamente construída, a respeito do negro e, em contra partida, a identificação positiva do branco, a identidade estruturada durante um processo de socialização terá por base a precariedade de modelos satisfatórios e a abundância de estereótipos negativos sobre os negros

sendo, segundo (SANTOS, 2010, p.102):

A diáspora não se refere apenas a ligação espacial ao lugar de origem, mas também espaço de acolhimento e consolidação e redes identitárias específicas que vão sendo partilhadas entre os membros de uma dada comunidade que se reconhecem como semelhantes e partilham símbolos, elementos e motivos culturais formadores da identidade.

E hoje precisamos construir um espaço para educação de negros após a diáspora, autores como Vanda Machado, Ana Kátia, Flávia Damião e Thiago Molina, trazem propostas singulares para educação de crianças negras africanas, para estabelecer um falar com fundamento do lugar que vem, a partir das referências ancestrais e consideradas tão importantes para todos.

Não é sonho estamos vendo, presenciando este momento em que as crianças falam do seu espaço com respeito e sabedoria. O Projeto Ire Ayó (Caminho da Alegria) desenvolvido na Escola Municipal Eugênia Anna dos Santos, criado por Vanda Machado com apoio do SMEC, é referência pela inclusão do ensino da cultura afro - brasileira.

A base desta proposta tem sido um trabalho a partir dos mitos africanos recriados numa perspectiva de garantir a efetividade do processo ensino aprendizagem, a construção de conhecimentos, competência, atitudes e valores que podem propiciar a cidadania plena a excelência de desempenho de papéis na sociedade. (MACHADO, 2002, p.116)

Quanto à metodologia:

A aprendizagem da criança afro-descendente esta relacionada à sua identidade e cultura. Partindo deste princípio, a prática pedagógica nagô em construção, propõe - se a relacionar a cultura afro brasileira com pluriculturalidade brasileira e com a educação sistêmica, buscando ainda compreensão da realidade contemporânea da vida humana e espiritual, na sua relação com a natureza, seus símbolos e seus valores. (MACHADO, 2002, p.120)

3 AS CRIANÇAS NEGRAS AFIRMAM-SE COMO NEGRAS

Para compreender a identidade das crianças e como isto está relacionado aos processos de aprendizagem na escola é preciso conhecer as atitudes destas nas práticas em sala de aula, e este é um dos principais objetivos deste trabalho, que utiliza na sua metodologia a análise qualitativa de campo, ao observar a atuação de crianças negras numa determinada escola municipal de Salvador que tem como referência no Projeto Político Pedagógico a Lei 10.639/03. Utilizo das demonstrações como princípio para descrever aspectos da cultura destas crianças pois expressam os seus jeitos de estudar e de brincar. O Ensino da História e Cultura Africana e Afro Brasileira no currículo proporciona estas expressões diferenciadas, como este ensino deve estar em todo currículo e principalmente na Educação artística, literatura e história.

O conceito de identidade está imbricado primeiro na relação ancestral com a família, logo com a comunidade onde vive, e o que o sujeito interpreta disso ao se auto identificar. A identidade também pode ser considerada como ações e atitudes que a criança tem para si mesma e para os outros, em defesa de uma cultura, e um território, das suas linguagens, e suas brincadeiras. Também no campo social, a estética, a saúde, lazer, religião, estabelece a identidade das crianças negras.

Estas denúncias acontecem a partir do que é visto no campo de trabalho que é a escola, na relação dos meninos e meninas com as professoras, funcionários e comunidade escolar, considerando que a construção e afirmação da identidade acontece também nas relações que estas crianças têm na escola, com todo contexto escolar: na recepção ao chegar na escola, nos assuntos das disciplinas, nas notas que obtêm de provas, no comportamento com o espaço institucional, no pátio com os colegas, na organização para a distribuição da merenda, nas relações de afetividade com as professoras, gestores e funcionários/as, nas atividades em grupos, e são nestes momentos que as autoras presenciam as ações de afirmação, sabendo que o que acontece incentiva mais a negação das identidades do que a afirmação destas.

3.1 A raiz fundamentada, o campo de pesquisa

Quando encontrei o campo da pesquisa, procurei valorizar cada segundo do tempo. Percorri uns caminhos e voltei para o meu próprio espaço de vivências e aprendizagens, falo do espaço de origem, bairro, escola e comunidade.

Para iniciar o trabalho de campo tive que passar por duas escolas e três turmas, a primeira escola foi no subúrbio de Salvador, Escola Municipal Mirantes de Periperi. Fui contratada no mês de setembro para trabalhar como professora estagiária, no turno matutino, uma turma do 5º ano, com alunos repetentes de idades entre 11 e 14 anos. Informei a diretora da escola, sobre a minha pretensão de fazer o trabalho de campo, e elaborei um questionário para entrevistá-la, perguntei se a escola trabalha com Lei 10.639/03, e a Diretora informa que tem o “Projeto Diversidade que trabalha tudo” então comecei como professora e pesquisadora em sala de aula, mas tive dificuldades, a primeira que no ato de ensinar, não dedico todo o tempo a pesquisa, direciono os conteúdos para o que quero pesquisar e não aproveito os momentos de dispersão dos alunos e alunas, pois são também nestes momentos que eles revelam quem são. Esta turma seria ideal para o trabalho pois o professor anterior já estava trabalhando com o Ensino da História e Cultura Africana e afro-brasileira, eram alunos repetentes, que necessitavam do trabalho com auto estima, todos negros e negras. Mas percebi durante a prática, que não é bem desse jeito.

Este também é um estudo sobre como as práticas escolares com o Ensino da História e Cultura Africana e afro-brasileira atingem as crianças negras, avaliando os perfis curriculares atuais sobre o fazer prático que é vinculado em algumas escolas nas datas comemorativas: Dia do Folclore, Dia da Consciência Negra e Dia da Abolição da Escravatura. Nestas datas estão inseridas as práticas do currículo sobre cultura e diversidade, que tem intervenções como desfile da beleza negra, samba de roda e capoeira, oficina de penteados afros, artesanatos, e palestras sobre os temas. Com estas práticas questionamos como estas atividades são desenvolvidas? como as crianças participam e sentem-se? como os professores referem-se ao currículo quando falam que “não aprofundam o tema” e trabalham superficialmente nas datas comemorativas, afirmando que a aplicação da Lei 10.639/03 não mudou muito às posturas de discriminação na escola.

A participação do orientador foi muito importante em todas as etapas de desenvolvimento da pesquisa e do trabalho de campo, este sempre atento aos caminhos escolhidos por mim para trabalhar, e mais uma vez me orientou a mudar de estratégia. Conversei com a Diretora e busquei trabalhar com turmas do 4º ano no turno oposto, mas as turmas do 4º ano estavam sem aulas por falta de professores/as, então tive que ficar com a turma do 5º ano turno vespertino, com isso fiz um questionário para entrevistar a professora, e durante a entrevista ela afirma que trabalha com a Lei 10.639/03 em datas comemorativas, que os alunos tem dificuldades de assumirem as suas identidades, e só uma vez, que ela fez um trabalho sobre o auto retrato, uma aluna pintou-se com de cor negra, afirmando ser a cor da sua pele.

A professora também diz que com a aplicação da Lei10.639/03, não mudou nada, pois a maioria dos alunos não se identificam como negros/as e mesmo com estas informações fiquei acompanhando a turma dela, e num determinado dia, no AC – Atividade Coordenada, percebo que a maioria das professoras eram evangélicas e preconceituosas com as Religiões de Matriz Africana inclusive esta professora da turma que faço a pesquisa, com isto não me senti mais á vontade para fazer a pesquisa com esta professora e fiquei só mais uma tarde.

Neste último dia de pesquisa, um menino negro chamado Felipe e uma menina branca chamada Lilia, que me chamaram a atenção, eram os dois que mais respondiam as questões que a professora perguntava e que mais eram procurados pelos colegas, cada qual nos seus espaços, eles não sentavam-se juntos.

Neste dia a professora precisou ausentar-se temporariamente da sala, e me pediu para dar uma olhadana turma, nisto, Lilia, tirou da mochila a foto de um artista e as outras meninas também, Lilia exibia a foto perguntando a todos se achavam aquele artista bonito, inclusive para mim: “Pró ele não é bonito?” E eu perguntei: “você acha ele bonito? por quê? e que artista é este?” Ela responde: “- Oxi Pró você não conhece? é Tomate ! eu acho ele muito lindo” então Lilia resolve comparar imagem de Tomate com a de Felipe, colocou a imagem bem perto do rosto dele e perguntou: quem é mais bonito?” todos riram e Felipe respondeu:” – Eu sou mais bonito que ele” e eu perguntei :” - por que você é mais bonito? “ele disse: - “por que este aí esta cheio de maquiagem e eu não, não preciso disso pra ser bonito” (risos).

O que observo é que ele respondeu de imediato, não se sentiu inferiorizado, não demonstrou revolta, estava tranqüilo, e certo de que era mais bonito. Felipe e Lilian destacavam-se na sala por que falavam com firmeza sobre o que a acontecia durante aula, eles conversavam com todos e a professora neste mesmo dia elogiou Felipe por que melhorava o desempenho nas atividades. Não quero aqui encontrar motivos para justificar por que Felipe afirma – se bonito, pois só é necessário saber que ele afirma-se com auto-estima.

Este foi o último dia de campo nesta turma na escola Mirantes de Periperi, falei com Diretora que resolvi buscar uma escola no bairro onde moro por que poderia organizar mais os horários e a escola também funciona aos sábados.

Então, passada uma semana, fui à Escola Municipal Martagão Gesteira, localizada na Rua Almirantes Alves Câmara, bairro do Engenho Velho de Brotas, Salvador –BA. Conhecia esta escola pois sou moradora do bairro “nascida e criada” também conheço por que meu irmão caçula estudou nesta e eu com 12 anos, levava-o para escola. Também fiz um trabalho de campo com título: “Ações afirmativas: Aplicação da Lei 10.639/03 na Escola Municipal Martagão Gesteira” no ano de 2009 para uma disciplina: Pesquisa e Educação.

Conversei com vice-diretora Maria Iná Sales, e ao responder o questionário ela diz que trabalha com Ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira na escola antes da Lei 10.639/03 ser instituída, esta consta no Projeto Político Pedagógico da escola, diz que é muito importante por que faz parte do contexto do bairro, que é ligado às questões afros, através dos Blocos afros e religiões de Matriz Africanas, que são parceiros da escola, inclusive alguns alunos/as fazem parte do projeto desenvolvido pelo Bloco Afro Ókámí.

Encaminhou-me para fazer a pesquisa na sala da professora Márcia Leite, ao conversar com professora com auxílio de um questionário, a mesma disse que faz um trabalho com a Lei. 10.639/03 de forma contínua há 2 anos, e diz que os alunos/as afirmam-se como negros/as se colocando nas atividades. E pela cultura do bairro.

Ao entrar na sala e perguntei a professora se eu deveria me apresentar, ela disse que achava que não, eles ficaram me olhando e eu os cumprimentei. Durante a aula uma menina cochichou no ouvido da professora, e esta disse: “-Heloisa, eles estão querendo saber quem é você se apresente” então falei o meu nome de onde

era, e qual a intenção naquela sala. Eles não perguntaram nada, e eu fiquei me perguntando será que eles entenderam?

No mesmo dia, um aluno chamado Geanderson, ao fazer um questionamento chama a professora de mãe, outro colega fala: “a Pró é muito linda para ser sua mãe, o cabelo da Pró é muito liso” e ela responde: “o meu não... é encaracolado”. A professora já tinha conversado comigo durante a entrevista que eles acham que ela é branca, mas ela diz que tem aquele tom de pele mas a família é toda misturada.

Algumas crianças nesta turma me chamam atenção, o Jhon, Geanderson Tatiane, Marcela e Rafael, todos negros e que Rafaela com a pele menos retinta. Esta turma é composta por 34 alunos. Teve um dia que tinham 8 meninas e 13 meninos e eles discutiram, as meninas se defendem, e Tati enfrenta os meninos, e os meninos enfrentam-se uns aos outros com ofensas.

Durante uma das aulas John desenha um carro que ele chama de (limusine), limousine, todos querem ver, neste momento a professora precisou sair um pouco da sala, alguns duvidam do desenho de Jôhn: “mentira você não fez nada” e ele responde:” quer que eu faça outro? Um colega coloca o desenho de Jhon no mural. E este desenha outra limusine na frente de todos, e é elogiado pelos colegas:” Pô bonitão” e Rafael , recolhe a limusine do mural.

Os murais são muito importantes nesta sala, percebo que as crianças vez ou outra param diante deles, lêem em voz baixinha e ficam um tempo observando. Nestes murais homenageava-se o Dia das Crianças, estavam colados ao lado do quadro branco. Neste dia no fim da aula a aluna Tati aproxima-se do mural e o observa, outra colega a Marcela também chega perto, nestes murais tem imagens de crianças negras e brancas, e Tati passa a mão suavemente na imagem da menina negra e diz: Ó eu aqui ò” Sente –se representada na imagem como uma criança negra, diz para si mesma e para quem esta perto, como se dissesse, esta menina bonita sou eu, pareço com ela.



Figura 2- Mural da sala de aula (Por Heloisa Ferreira da Silva)

Em outra semana de pesquisa, vejo que a professora faz um trabalho de leitura e enquanto John lê, alguém chama a professora na porta da sala, ele continua lendo, quando esta volta, ele quer ler novamente e a professora diz que ele já leu, ele insiste mais uma vez e ela repete você já leu. John queria mais atenção, sabia que a sua leitura estava boa, e queria mostrar a professora, poderia ter outros motivos, mas cena fica com essa idéia.

Depois desta semana, por motivos diversos, inclusive por esta fazendo um novo contrato de estágio, faltei ao campo durante umas semanas. Deveria estar nas segundas e sextas – feiras, e foi numa sexta 18 de novembro, que ao chegar no bairro do Engenho Velho de Brotas, percebo que as ruas estavam intransitáveis, tudo engarrafado, vou andando e ouço o som de atabaques, eu penso...” festa? hoje sexta feira, sem avisar? e outras pessoas também reclamando da demora do ônibus, quando chego mais à frente ouço a voz de Jorjão Bafafé falando no microfone e aos sons dos atabaques, Jorjão Bafafé é o diretor do Bloco Afro Okambi, morador do bairro e organizador de várias produções culturais desenvolvidas junto à sua equipe, é percussionista e coordena um projeto com as escolas junto com a Secretaria de Educação de Salvador. Tomei consciência do que estava acontecendo, era a Caminhada do Dia da Consciência Negra, em cima do

carro (estilo trio) o percussionista Jorjão como é chamado, mais umas oito crianças cantando afoxés, e as músicas do antigo *Bloco afro Badawê*, na frente do carro os percussionistas, as alas de crianças fazendo coreografias de dança afro, ala de capoeira, e logo mais a frente a ala da maioria das escolas públicas dos bairros de Brotas, inclusive a escola do meu campo de pesquisa.



Figura 3 – Jorjão Bafafé no carro da Caminhada da Consciência Negra (Pelo Grupo Okambi)

Então vi o meu campo na rua! me pegou de surpresa, e fiquei acompanhando a caminhada da Consciência Negra à procura das crianças da Escola Martagão Gesteira, vi logo a Vice Diretora, Iná como é chamada e a professora Márcia Leite, solicitei aos seguranças para passar pela corda para entrar na caminhada e fui cumprimentá-las, elas falaram que pensaram em mim durante a semana toda pois fizeram atividades diversas com as crianças junto ao grupo Afro Ókambí, com filmes, discussões sobre a favelização das cidades, elaboração de pesquisas e outras , perguntaram se eu estava com máquina para fazer registros e eu perguntei:” Cadê as crianças?” Responderam: “estão lá na frente”, fui indo e vi logo: John ! tocando um instrumento, depois vi Rafael e os outros, todos dançando com suas famílias e tocando instrumentos, falei com eles:” Quer dizer que ta bom aí não é? “e eles riram, eu pergunto que instrumento é este? E eles não sabem responder,

olham-se e riem de novo, perguntam uns para outros, vão lá no fundo da caminhada e voltam com a resposta:” pró ! é Xequerê !



Figura 4 - As alas de percussão e dança (Pelo Grupo Okambi)

As mães, avós, as crianças e os pais, no embalo da Caminhada da Consciência negra, e Jorjão cantava músicas dos primeiro blocos afros comunitários

E eu, lembrando da minha infância, dos “arrastões” com a minha Mãe, e observando as crianças fui seguindo a caminhada até encerrar na frente da Escola Municipal Martagão Gesteira. Entrei na escola com a vice diretora e agradei pela oportunidade, ela me disse que iria pedir as fotos do evento que se fosse a tempo iria me passar, fui grata novamente, depois procurei as crianças, elas somem, e logo vi que perdi as crianças para o Mingau de Munguzá comida afro brasileira. Assim a caminhada terminou, Jorjão continuou no carro fazendo os agradecimentos e os ataques tocando, e a criançada se deliciando no Munguzá, foi lindo.



Figura 4- Caminhada do 20 de novembro- Dia Consciência Negra (Pelo Grupo Okambi)



Figura 5 – Faixas das escolas (Pelo Grupo Okambi)



Figura 5- Dança Afro (Pelo Grupo Okambi)



Figura 6- Aluno da escola Martagão Gesteira (Pelo Grupo Okambi)

Após este dia, resolvi observar a pós Caminhada da Consciência Negra em sala de aula, ao chegar à sala de aula observo que esta cheia de cartazes colados nas paredes sobre o Dia da Consciência Negra.

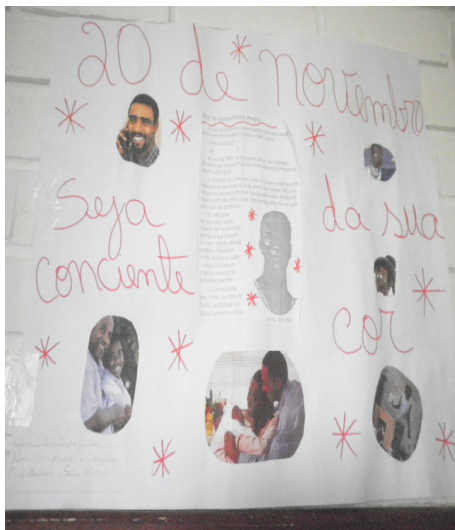


Figura 7 – Cartaz (Por Heloisa Ferreira da Silva)



Figura 8 – cartaz no mural

Observando os cartazes e a aula da Professora Márcia para/ com as crianças, percebo uma sintonia ótima na relação entre professora e alunos/as, ela corrigindo as atividades que levam para casa, e eles respondem tudo só com a mediação, ou seja ela não precisa dizer as respostas, enquanto isso eu distraída na sintonia da aula sobre as frações, percebo que duas meninas estão olhando distraidamente para mim, e eu com surpresa me expresso:” hã?” elas dizem :” Pró ela esta dizendo que você é bonita (apontando para colega ao lado), e eu respondi:” vocês também são lindas e é por isso que estou aqui.

Então no final da aula professora pede para que eles façam uma carta pedindo um presente a Papai Noel, e eles resistiram por que os presentes que eles queriam eram superiores ao que este tal Papai Noel poderia dar, então eles disseram que não iriam fazer, só se fosse para ganhar Notebook, Play station, e outros aí bem caros. Mas por fim com a conversa legal da Pró eles fizeram as suas cartas, foram entregando e indo embora, ficaram uns três alunos/as corrigindo a ortografia da carta com a professora, e Marcela e Rafael resolveram cantar, “vamos

cantar uma música?” Marcela diz : “Vamos!” Pegaram os cadernos mais canetas e lápis para tocar, e foi um pagode:

*“Fui em Cajazeiras, Periperí, Engomadeira, Imbuí
Na Ribeira, Pirajá
Pra ver se eu achava uma menina pra sentar (2x)
Ô Tá tá tá tá ta
Tá tá tá tá tá
Tá tá tá tá tá..”*

Eu perguntei: “que som esse?” E eles responderam: “do Black stylle vamos cantar outra?” E Marcela responde” Vamos !”

*“E aí piriquito qual foi parceiro?
Pô eu to bolado pivete
Dê a idéia vá
Ô faço reggae o povo fica conspirando
Mas a vida é assim meu filho
É um bocado de cunspirão atrazalado
Com o "zoião" "po" lado de cá ó paí
Mas é assim a melhor resposta é aquela que não se dá
Vamo cantar?
Canta aí vá
Canta aí vá...”*

Eu e a professora nos olhamos e eu perguntei de quem é esta música? E Marcela responde: “A bronkka ! “ e saem da sala fazendo o pagode.

A Professora fala: “só querem saber disso né?” E eu respondo:” isto faz parte do cotidiano deles”. Agradei a todos, e disse que iria fazer as imagens no dia seguinte.

Eu estava sem material de registro, consegui uma máquina e fui no dia seguinte fazer as fotos, primeiro falei com a Diretora e professora antes deles entrarem na sala, era dia de prova, fiz imagens dos cartazes, eles entraram na sala e conversamos, agradei, expliquei sobre o trabalho e vi que ficaram curiosos, falei: “este trabalho de pesquisa para eu apresentar na UFBA, e Rafael perguntou: “o que é a UFBA? Eu expliquei que era uma Universidade em que eu estudava, e continuei falando sobre a pesquisa que era para saber como eles/as se sentiam enquanto negros/as, continuei dizendo que inclusive vi alguns alunos/as na caminhada da Consciência Negra, neste momento alguns levantaram as mãos : “eu fui também ! eu disse :” não vi você”, elas disseram: “estávamos no fundo da caminhada” e continuei: “então é isso gente... foi para saber quem se sentia negro e negra, perguntei ; “todos aqui são negros? vocês são negros? E Rafael disse: “eu sou” levantando da cadeira e encostando o braço em cada colega negro/a que

estava na sala, comparado a cor da pele dele com a cor da pele dos colegas. Perguntei ao menino de pele clara, “você é negro?” Ele disse: “deus é mais”, eu falei: “por quê? Eu sou feia? Seus colegas são feios?” Ele disse: “não!” e eu perguntei: “então por que ‘deus é mais’?” e ele levantou os ombros em sinal de dúvida. Marcela também uma menina negra de pele clara, perguntei: “e você é negra?” ela mostrou o braço para mim e disse: “não” com um sorriso tímido.

As duas meninas que disseram que eu era bonita falaram isso novamente, e eu perguntei: “porque vocês me acham bonita? elas disseram: “sua roupa” eu respondi: “mas naquele dia eu estava vestida com outra roupa e vocês disseram o mesmo” uma delas disse: “é seu cabelo que é bonito, suas tranças...” eu agradeci, e disse: “vocês também são lindas” Me despedi da turma agradecendo e fui embora.

3.2 Estas crianças estão em todos os campos

Ainda fica restrito o campo do saber para nós pesquisadores, quando condicionados a escola para tratar de crianças negras. Mas a proposta é que sejam garantidos todos espaços institucionais para que eles/as possam afirmar-se e quebrarem a barreira do racismo para desenvolverem-se como pessoas conscientes dos seus direitos enquanto afro-brasileiros.

Assim o conceito de identidade das crianças negras acontece a partir das diferenças históricas, culturais, sócias e econômicas. Após a diáspora africana as identidades reconstruídas de modo a garantir o acesso ao conhecimento da história sobre onde estão os descendentes negros deste país.

As crianças levam para escola comportamentos e dizeres que o professor , pesquisadores, gestores e funcionários, não sabem e perguntam, o que é isso? podem ter certeza que na maioria das vezes eles/as não dizem o que é, seja uma brincadeira, seja uma piada, um gesto, uma linguagem, temos que ficar ali observando para entender o sentido destes comportamentos. Acredito que por isso

O que me interessa ao fazer este trabalho é dizer como que as crianças afirmam as suas identidades negras, e dizer como isto acontece , busco um campo que parece fechado às vezes se tratando de referências teóricas e dos espaços institucionais, encontro autoras que vão por si para um outro campo buscar respostas e questionamentos sobre o dizer de crianças afro-descendentes.

Os projetos de extensão que acontecem nas universidades deveriam servir como exemplo para as escolas do ensino fundamental I e II, os estudantes trocam sabedorias com as comunidades. As crianças poderiam ter aulas abertas em suas comunidades, investigando as suas histórias e do lugar onde vivem. Assim o Projeto do *Okambí* levou no Dia da Consciência Negra o meu campo que era dentro do espaço escolar para a rua, as crianças dançavam tocavam instrumentos pelas as ruas onde moram e brincam. Esta é a beleza que encontro em dizer que as crianças negras se afirmam como negras nas práticas escolares, quando estas práticas são mediadas com as suas vivências.

3.3 Estando em todos os campos, sem rejeição, vamos às novas propostas de educação

O prazer que senti em estar numa sala de aula em que todos, estavam se entendendo mesmo nos momentos de tensão, demarca o prazer que tenho em afirmar que o diálogo aberto entre professores e alunos/as sobre questões raciais proporciona linguagens diretas sobre: como e o que aprender e sobre como e o que ensinar. Pois a limousine que Jonh desenhou foi para o mural, mesmo sem a professora ouvir a leitura dele, três vezes ou mais. Tem-se aqui uma relação de afeto, pois o menino chama a professora talvez sem querer de mãe. Esta professora esta em defesa da coletividade, quando diz que seu cabelo nem é crespo , nem liso, é encaracolado, poderia ser sim a Mãe de John se isso dependesse de aspectos físicos, sem problemas.

Portanto de acordo com o que é dito na legislação sobre a necessidade uma relação positiva entre alunos/as e professores/as, na prática isso vai além de um gesto de carinho, neste caso em que faço um trabalho para saber como as crianças se afirmam como negras, elas dizem que a relação entre eles/as e a professora também, tem haver com seu pertencimento étnico, poderia ou não ser mãe de aluno, depende da textura do seu cabelo, ou como ela refere-se à cor da sua pele, e o tipo de cabelo, se o cabelo é crespo ou liso, os/as alunos/as de professora Márcia Leite colocam isso em discussão, e questionam para ela, em outras palavras, de que lado você esta? pode ser chamada de Mãe? Ela responde que sim quando afirma que seu cabelo é encaracolado, e talvez se dissesse que sim, que o seu cabelo é liso, estaria

concordando com aluno que disse que a Pró é linda, pois tem o cabelo liso e não poderia ser mãe de John.

A auto estima, para estas crianças também interfere na relação de poder que tem entre os colegas. Tati brigava com os meninos, e os meninos brigavam entre si, eu percebia que a última resposta era a dela, como quem diz: não tenho medo dos meninos, considerando que nesta fase de idade, este público encontra-se num constante desafio consigo e com os outros, são pré – adolescentes, então precisam saber quem são e firmar-se. Tati se vê na imagem da menina negra no mural, uma menina bonita , num lugar importante.

Mesmo que em alguns livros didáticos a imagem das crianças negras ainda seja subalternizada, no mural de uma escola que trabalha com a Lei 10.639/03, esse processo de negação é interrompido.

O que observamos é uma quebra de padrões racistas que o Estado tenta ainda com o perfil da democracia racial tenta efetivar, e a sociedade civil representada pelo movimento social negro luta, com todas as ferramentas que se tem, inclusive no uso das próprias ferramentas políticas do Estado. Estou falando das Diretrizes Curriculares para as Relações Raciais, esta organizada em Salvador com parceria de instituições afro-brasileira. O Dia da Consciência Negra torna-se um projeto da comunidade junto com as escolas, as crianças estão inseridas num debate político e educacional sobre o que é ser negro, falam, e descrevem sobre isso, vão para rua dizer com outras linguagens, que são lúdicas, de corporeidade, de canto, de reconhecimento de espaço comunitário.

As crianças negras, que estão sendo socializadas no ambiente escolar passam por conflitos e precisam ressignificar a sua existência, ouvem todas as formas de conceitos sobre elas, desde os termos utilizados pelos/as professores/as e na forma como é tratada pelas instituições de ensino e pelo o Estado brasileiro. Estão sendo distribuídas e organizadas nos espaços escolares, não pelo o que necessitam mais pelo que são, os lugares estão bem definidos, nas divisões das turmas, nos trabalhos em equipe, na proximidade com os professores, na fila da merenda, nos personagens que às representam nas apresentações artísticas, estas crianças estão de forma negativa discriminadamente inseridas na escola sob a organização e responsabilidade institucional, formando-se como sujeitos sociais, para adentrar no mundo social capitalista.

O que este trabalho revela, é o presente, a presença, representados pelos conflitos para estar, a reflexão sobre este estar, que pode ser feito pelas crianças do 4º ano de escolarização. Existem diferenças entre as escolas que trabalham com Ensino da História e Cultura Africana e Afro Brasileira, e as escolas que não trabalham. Estas diferenças estão no cotidiano vivido por todas as crianças principalmente para as negras.

Portanto, existe diferença quando este ensino esta em sala de aula, algo diferente do que vive a escola autoritária e eurocêntrica, e algo positivamente comparado ao que as crianças negras vivem nos seus espaços. Começam à saber quem são com outras referências próximas as suas. Ao tratar da História da África, a primeira afirmativa é “O negro não nasceu escravo, não somos descendentes de escravos, somos descendentes de africanos”. Fazem-se os dizeres, faz-se a diferença na vida de qualquer criança. Faz diferença quando são relacionados as piadinhas racistas, às novelas que tem atores negros apenas em cenas no período da escravidão, dos xingamentos racistas dos próprios colegas , ou da própria família.

O Ensino da História e Cultura Africana e Afro Brasileira nas instituições de educação possibilita a desconstrução do estereotipo negativo, que obriga o sujeito a culpar-se pelo seu estado, a uma reação contrária, em dizer que não existe nada de errado em mim, que eu posso dizer com certeza “Que sou mais bonito que aquele artista por que ele precisa de maquiagem e eu não” “Permite-se ser comparada com uma menina negra num mural, pois vê a imagem dela como a sua, em instituição pública, e pode saber e revelar que mulheres negras são lindas, que é muito bom ser assim.

As propostas positivas para educação de negros brasileiros, não são incentivadas pelo Estado para a fundação político social afro brasileiro. Vemos isso acontecer quando não houve a avaliação da Lei 10.639/03 e logo foi alterada para a Lei 11.645/08, pois com a avaliação, de acordo com os resultados teríamos que avançar com as propostas de ensino com bases africanas, ou com dado negativo convocar as instituições de ensino para a aplicação da Lei.10.639/03, já que algumas que trabalham com relações raciais, estão voltadas para Lei. 10.639/03, no processo de amadurecimento e no processo de impor novas propostas na educação.

A Lei 10.639/03 possibilita tocar no assunto sobre o que é ser negro na sociedade brasileira, falar sobre o assunto é um dos principais componentes importantes em sala de aula, discuti sobre o negro e a sua consciência, mesmo sendo só num dia específico, possibilita questionar e trazer referências , neste momento o silêncio sobre algo que parecia tão íntimo para alunos e alunas negras, deixa de ser tabu, deixa de algo pessoal para o coletivo.

O entendimento sobre o que é ser criança negra pode também estar no incentivo pelos professores à fala, à expressão, sabemos que a quebra do silêncio sobre como nos sentimos enquanto negros e negras é o nosso principal instrumento de reconhecimento de quem somos, e do que nos mobiliza, as crianças negras passam várias vezes despercebidas, nesta faixa etária em que fiz o trabalho de campo , crianças entre 09 a 11 anos, começam perceber a discriminação, mas como defender-se como dizer?

Há algum tempo atrás, a relação das crianças negras com a escola era de pura vitimização do racismo, sem que as suas reações causassem reflexão, ou discussão entre os professores, gestores, e familiares no sentido de entender certas manifestações na escola como racistas, a partir das políticas de valorização do negro, primeiro com os movimentos sociais, e com as políticas educacionais como a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a exemplo do tema transversal: Pluralidade Cultural, (mesmo com críticas ao documento), e a veiculação na mídia sobre a penalização de crime de racismo, proporcionaram momentos de discussões passaram a ser polêmicos, de dentro e fora da escola, com a Lei 10.639/03 que torna –se obrigatória, com todas as justificativa históricas e sociais para a valorização da imagem e do ser negro, as iniciativa institucionais foram fortalecidas

Hoje, nós temos diversos perfis de escolas que debatem sobre a aplicação da Lei.10.639/03 algumas já inseriam a discussão , e os conteúdos nos currículos antes da sua implementação. Outras não aplicam por justificar que tratam do ensino do “Candomblé”, outros trabalham superficialmente mesmo que a escola tenha em seu projeto. Por terem a maioria dos professores de religião evangélica e relacionarem a ensino da história da África apenas com as religiões afro brasileiras.

Assim nestas escolas que trabalham com a política afirmativa através da educação afro-brasileiro abolem as comemorações do Dia do Folclore, Dia da Abolição da Escravatura e rememoram o dia da Revolta dos Búzios, Revolta dos

Malês, Dia da Consciência Negra, mudando o calendário escolar para trabalhar com a cultura da capoeira, estética, música, artes e contos africanos.

Com isso a Lei.10.639/03 continua em discussão, e o Estado obriga aplicação desta, mas não acompanha o desenvolvimento nas instituições escolares. De acordo com as referências trazidas neste trabalho as autoras denunciam o racismo institucional nas práticas escolares, qual análise as instituições que coordenam a educação no Brasil fazem após a aplicação da Lei 10.639? Quais propostas temos para uma educação que afirme a diferença da criança negra brasileira sem o referencial de negatividade?, Que afirme a criança negra , a sua cultura, os seus dizeres e a sua história ancestral? Quais planos nós temos para a educação integral destas crianças?

O movimento social negro continua dialogando com Estado sobre a avaliação da Lei 10.639/03, e cobrando o acompanhamento destas práticas, pois o racismo esta tão fundamentado e enraizado nas escolas que torna o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, como algo inovador.

4 PROPOSTAS PARA O FALAR CONTEXTUALIZADO NA EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS NEGRAS

‘Um dia estivemos juntos ao Quilombo dos Palmares’ vivendo com as nossas tradições num espaço onde os ensinamentos em África era ao mesmo tempo resguardado e disseminado entre os nossos para com crianças e jovens ascendentes da Mãe África.

Considerando, que as crianças negras são sujeitos pertencentes a determinadas famílias, comunidades e culturas e que também este pertencer é colocado como negativo a partir da lógica do racismo que considera os brancos como sujeitos que são exemplos do que seja positivo. Considero as crianças negras como sujeitos de referencias diversas, que não vivem apenas as suas culturas afro-brasileiras e africanas, mas que vivenciam experiências na educação, na comunidade e na sociedade, as experiências tecnológicas, de costumes e valores que pertencem a outros grupos, as crianças negras vivem um contexto universal, que não é com referencia africana e afro-brasileira.

A criança negra e suas multi-referencialidades vivem as suas brincadeiras, linguagens, históricos, valores e costumes ao mesmo tempo em que convive com os não negros. Assumem às suas identidades, resistem aos processos do preconceito sobre as crianças, e crianças negras construídos na história, da branquitude, e revelam a importância de ser diferente.

Muitos não puderam ver isto acontecendo, como muitos ainda não vêem por causa do intenso processo de racismo que se estabelece para as nossas crianças. Cada gesto e cada fala de uma criança negra que afirma a sua identidade tem um valor ancestral.

Estes gestos e falas estão sendo menosprezados historicamente pelo sistema brasileiro de ensino e educação, e não pode continuar integralmente sob a responsabilidade de quem não compreende, desvaloriza, e tem como representação de ameaça aos privilégios, considerando as relações de poder estabelecidas entre negros e brancos. Reconhecer o significado ancestral das vidas negras inseridas na sociedade que tentou eliminar definitivamente e sem êxito esta parte significativa da população.

Não posso concluir sem propor de forma política e ideológica a Educação para crianças negras afro-brasileiras. Cuidar e concentrar políticas, atividades para / com estas crianças, é a proposta para que juntos com elas possamos estar firmes enquanto povos africanos que inseridos em um contexto social contrário ao que nos foi ensinado pelos nossos ancestrais, nunca foi diferente que tivemos que construir o nosso próprio espaço após a diáspora, sendo,

As crianças começam a afirmar as suas identidades, e o que fazemos com isto? Considero as palavras de (MOLINA, 2011.226) como uma resposta, quando coloca como hipótese que:

[...] a presença da história e cultura negra como “instrumento” do processo de escolarização favorece a experiência da educação escolar de crianças afro- brasileiras; por outro lado, tomar a história e cultura negra como “fundamento” do processo de escolarização exige a emergência de uma outra cultura escolar, pois uma transformação neste nível modifica não somente os conteúdos pedagógicos e práticas de ensino, mas o próprio entendimento do que seja a noção de Escola.

Continuemos a buscar do Estado e com as nossas iniciativas, conteúdo e forma de potencializar estas afirmações e acolher aos que estão chegando, temos referências importantes e seguimos estas referencias práticas e teóricas, caminhando e nos alimentando com os nossos ancestrais, construindo com o que já foi construído no passado.

Estou contemplada, com o que as crianças dizem, e com o referencial que permitiu afirmar que existe uma mudança, porém pequena após a aplicação da Lei 10.639/03. Fazendo comparações para aquelas instituições que trabalham com o Ensino da História e Cultura Africana e Afro- brasileira e com aquelas que não trabalham, temos uma polêmica, discussões já instituídas, nas escolas entre as crianças, ao mesmo tempo em que dançam na rua tocando Xequerê, plantam as bananeiras na sala de aula, só em ouvir o nome capoeira.

Este é um processo de luta que não se encerra aqui, visto que a criança negra insere-se dentro de um contexto de resistência, estão lúcidas as nossas possibilidades, firmamos às nossa linguagens culturais, históricas e sócio africanas. Na hipótese, com (MOLINA, 2011,p.226) mantenho:

[...] a perseguição ao ideal de olhar o negro desde dentro, leais as suas contingências existenciais, militantes no sentido de lutar para desmascarar as versões oficiais que vêem os descendentes de africanos no Brasil como reminiscência e não sua exuberante reexistência. Negros que se autorizaram protagonizar a definição de seu próprio destino. Vozes que se levantaram e não cantaram em uníssono, pois se o negro tema é criação pitoresca sob o ideal de branquidão, o negro vida é imobilizável e não se presta a uma versão definitiva.

As crianças negras já estão inseridas nos seus contextos de identidade, o que a implementação da Lei 10.639/03 faz é visibilizar vivências que até então, só tinham em casa ou na rua, e também torna oficial aquilo que é marginalizado, a imagem do negro é marginalizada, a sua música, a dança, o jeito de falar, a cor da sua pele, a textura do cabelo, e a sua própria história.

As crianças por si só já falam que são negras, oficializam isto no espaço institucional. O processo de aprendizagem acontece a partir das referências que se tem. Sabemos que há muito que se redescobrir, de buscar sobre a memória cultural africana, mas só o primeiro passo está dado que é permitir que as crianças toquem seus xequerês, e depois busquem o nome.

Assim como construir cartazes com imagens de pessoas negras, não deve ser tão fácil, pois a mídia não traz essas imagens de forma positiva, eles sentem por si mesmos que não é fácil encontrar uma imagem positiva do negro em revistas e jornais, se questionam por que, e aprendem com estas ações, e sabem que afirmar-se é uma necessidade.

Portanto, consideramos que identidade é construção social e histórica, a partir do princípio de reconhecer nós mesmos e outros como diferentes que participam do mesmo espaço, a sociedade. Com base nas referências das autoras que trouxemos no texto, identidade para as crianças é crescer sabendo da onde veio do cotidiano, da relação com a comunidade. É o brincar com a resistência ancestral, é o dizer com simbologias que vem do de um campo específico, mesmo quando não pertencentes às religiões de matrizes africanas, mesmo quando as questões sobre raça não estão na pauta na discussão familiar, a formação de identidade é presente como prazer e como resistência.

5 CONCLUSÃO

Acredito que consegui pontuar aqui as principais re-vindicações e afirmações pautadas nas falas das crianças, foi preciso a análise dos principais documentos oficiais da legislação brasileira sobre a educação, referências bibliográficas, e o histórico de como o Movimento Social Negro mobiliza a sociedade civil e o Estado para instituir as Políticas Públicas de Ações Afirmativas para a população negra.

Com isto, temos resultados que possibilitam análises sobre o pós Lei 10.639/03.

Identificamos que a legislação brasileira trilha caminhos para inclusão das crianças negras nas instituições de ensino, e chegam até a Lei 11.645/08. A aplicação desta, nas instituições acontece a partir de mobilizações da comunidade, dos movimentos sociais e de profissionais que tem afinidades com o tema, portanto o tratamento positivo diferenciado para com a crianças negras ainda é considerado opcional pelas instituições de ensino apesar da Lei 10.639/03 e 11.645/08 serem obrigatórias.

Também, consideramos o quanto a mobilização coletiva das populações negras representada pelo Movimento Social Negro sempre foi importante para afirmação da identidade, cultural, histórica e social dos ascendentes de africanos, e como este movimento ganha espaço ampliando os movimentos de mulheres negras, de juventude negra, de religiões de matriz africana e outros. Assim com base firmada na resistência pela vida, firmamos o dizer sobre quem somos desde dentro do corpo, da família, da comunidade.

Considerarei as respostas das crianças negras como principal resultado obtido por esta pesquisa, para dizer que a Lei 10.639/03 do Ensino da História e Cultura Africana e Afro brasileira, possibilita que o dizer-se negro/a deixa de ser barreira para afirmação de identidade nas práticas escolares. Mesmo num espaço limitado, com metodologias limitadas, e ainda com expectativas às poucas brechas disponíveis, para que as crianças negras levem as suas vivências para a escola.

As crianças negras afirmam as suas identidades, em todos os espaços que vivem, principalmente nas ruas, nos becos e travessas das suas comunidades, vivem intensamente isso. As referências trazidas das/dos autores/as firmados nesta pesquisa revelam esta afirmação, o trabalho de campo aplicado numa determinada escola, deixa esse dizer tenso nas observações, com expressões ainda pessoais,

pois quando um aluno/a levanta da cadeira e esfrega o seu braço nos demais colegas para afirmar que ele negro como todos os seus colegas naquela sala de aula, e a maioria afirma que sim, sem medo de errar, eles revelam um saber histórico de união e respeito às suas raízes. Eles caminham em comemoração ao Dia da Consciência Negra, e esta caminhada deixa de ser algo proposto por alguém para ser de cada um com sabedoria e afirmação de quem toca o instrumento que dança, canta e saboreia comida africana.

Portanto, é comprovada a eficácia desta forma de ensino que possibilita o desenvolvimento de habilidades e competências exigidas pelo o Estado para o bom desempenho do/a aluno/a, pois a afirmação de identidade e a valorização da auto estima dos/as alunos/as negros/os está como princípio de sabedoria ancestral. Assim a repetência e evasão deixam de ser um dos principais problemas na educação brasileira, dando lugar aos problemas no sistema de ensino como: a organização do espaço, a formação de professores/as, a qualidade de materiais didáticos e as metodologias que não contemplam as diversidades da educação afro-brasileira.

Com isto, avançamos mais uma vez para um sistema de educação que liberte as vozes das crianças negras. A re-organização do sistema de ensino do Brasil para a educação das populações afro-brasileiras contemplará todos os brasileiros/as que inseridos neste, poderão tratar-se como diferentes e respeitando às suas singularidades, na forma de pensar, de agir e de estar no mundo como sujeitos de direitos.

REFERÊNCIAS

A Tarde. **Salvador tem maior número de negros no país.**A Tarde.Salvador, 14 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=5784518>. Acesso em 20 de nov. de 2011

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em : https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm#art1 . Acesso em 10 de nov. de 2011

BRASIL. **Lei no 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 10 de nov. 2011

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Brasília 2001. Disponível em : https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm . Acesso em : 09 de nov.2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm . Acesso em : 09 de nov. de 2011

BRASIL. LEIS, etc. **Estatuto da criança e do adolescente**: lei nº 8.069, de 13-07-1990 constituição e legislação relacionada. São Paulo, 1991.

Brasil. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília. 2004. Disponível em <http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN> Acesso em: 10 de nov. 2011

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. (org.) **Racismo e Anti –racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo. Selo Negro. 2001

CONCEIÇÃO, Ana Paula Oliveira. **Movimento Hip Hop: Educação em quatro elementos**. Dissertação (Dissertação de Monografia) Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2007.

DAMIÃO, Flávia de Jesus. **Primeira infância, afrodescendência e Educação no Arraial do Retiro**. Dissertação (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.

GOMES, Nilma Lino. **Trajetória Escolar de professoras Negras e sua incidência na construção da identidade racial: Um estudo de caso em uma Escola Municipal de Belo Horizonte**. Dissertação (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 1994.

JÚNIOR, Henrique Cunha. **Educador, você participa do racismo antinegro brasileiro**. Texto publicado pelo Projeto Humanas UFC, Fortaleza. 2011

LUIZ, Maria do Carmo; SALVADOR, Maria Nazaré; JÚNIOR, Henrique Cunha. **A criança (negra) e a educação**. 1979. Fundação Carlos Chagas. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n31/n31a09.pdf> . Acesso em : 02/12/11

MACHADO, Vanda. **Ilê Axé: vivências e invenção pedagógica: as crianças do Opo Afonjá**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2002

MOLINA, Thiago Santos. **Relevância da dimensão cultural na escolarização de crianças negras**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011

SILVA, Ana Célia. **A discriminação do negro no livro didático**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2004.

SILVA, Ana Célia. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador Bahia: EDUFBA, 2001.

SOUZA, Iracema. Luisa de. **Egbé Kékeré Obá-Biyì**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1977

SANTOS, Ana Kátia Alves dos. **Ciência da Educação na Bahia: Infância afrodescendente e Epistemologia Crítica no Ensino Fundamental**. Tese (Tese de Doutorado) Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SANTOS. Marta Alencar dos. **Educação da primeira infância negra em Salvador: um olhar sobre as políticas educacionais**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SANTOS, Adilane Oliveira dos. et al. **Noções de Identidade na Comunidade do Engenho Velho de Brotas**. Conviver Diversidade e Convivência: Construindo Saberes. Salvador. P. 281- 285. EDUFBA 2011.

SANTOS, Adilane Oliveira dos. et al. **Noções de Identidade na Comunidade do Engenho Velho de Brotas**. Revista África e Africanidades. Ano 3- n. 10, agosto, 2010. Disponível em: <http://www.africaeaficanidades.com/edicao10.html>. Acesso em:10 de nov. 2011

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Educação das Relações Étnico- raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro- brasileira e Africana na Educação Fundamental.** Pasta de Textos da professora e do professor. Salvador.

SOUSA. M. F. DE. **Abdias do Nascimento: a ruptura essencial.** Jornal Irohìn. Ano XI, nº 14 Dez. 2005/jan. 2006, p.24-25.

SANTOS. A. K. A. DOS. (org.) **Alfabetização para a infância: Perspectivas contemporâneas.** Salvador. EDUFBA. 2010.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Diretrizes Curriculares para a Inclusão da História e Cultura Africana e Afro- brasileira no Sistema Municipal de Ensino de Salvador.** Salvador, 2005.

ANEXOS

Universidade Federal da Bahia

Faculdade de Educação

Tema: A Lei 10.639/03 e afirmação de identidade das crianças negras nas práticas escolares.

Orientador: Eduardo David

Estudante: Heloisa Ferreira

Questionário para a efetivação do trabalho de campo (Diretora/o)

1- Nome da escola: _____

2- Nome da Diretora (o): _____

3- Nome da Professora (o): _____

4 -A escola trabalha com a Lei 10.639/03 do Ensino da História e cultura africana e afro-brasileira? ()
sim () não

5 -Se a resposta for sim,

Por

quê? _____

6- De qual modo?

() no currículo

() projeto a longo ou médio prazo

() no projeto político pedagógico

() outros _____

7 -Alguma professora trabalha com a Lei.10.639/03 na escola? _____

8- Qual o nome da professora? _____

9 - Qual turma, ou grupo? _____

Universidade Federal da Bahia

Faculdade de Educação

Tema: A Lei 10.639/03 e afirmação de identidade das crianças negras nas práticas escolares.

Orientador: Eduardo David

Estudante: Heloisa Ferreira

Questionário para a efetivação do trabalho de campo (Professora/o)

Nome da professora: _____

1 - Trabalha com a Lei. 10 639/03 do ensino da História e cultura africana e afro-brasileira? Sim ()
não ()

2- Como este trabalho é desenvolvido?

() projeto

() temas transversais

() interdisciplinar

() outros

2 - Justifique:

3 - Há quanto tempo trabalho com a história e cultura africana e afro-brasileira em sala de aula?

4- Tem alguma dificuldade para trabalhar com esta temática? Qual?

5 -O que os alunos e alunas acham destas aulas?

Autorização para o trabalho de campo

Eu, _____, sendo (diretora/o ou vice diretora/o da escola _____), autorizo que a estudante Heloisa Ferreira da Silva, efetive o trabalho de campo para fundamentar a pesquisa de conclusão de curso (monografia), pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. A mesma poderá fazer anotações, gravações e entrevistas com funcionários e alunos da escola, podendo revelar os nomes reais destes durante apresentação da conclusão do trabalho, ou em quaisquer situações.

Salvador, _____ de _____ de 2011.

Assinatura da diretora/o ou Vice diretora/o

Assinatura da estudante